

Coordenadores:

Cândido Grzybowski
Maria Julieta C. Calazans
Sonia Ribeiro Moreira

Colaboradores:

Romeu Padilha de Figueiredo
Divonzir Arthur Guzzo
Oriovaldo Queda
João Bosco Pinto
José Orlando de Souza

EXTENSÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL

Coordenadores:

Cândido Grzybowski
Maria Julieta C. Calazans
Sonia Ribeiro Moreira

SUMÁRIO

- A extensão rural face à problemática da pequena produção no Brasil 5
Romeu Padilha de Figueiredo
- A formação profissional de trabalhadores assalariados e pequenos produtores rurais 11
Divonzir Arthur Guzzo
- Extensão Rural: para que e para quem serve 17
Oriovaldo Queda
- Tecnologia de pequena produção no desenvolvimento rural 23
João Bosco Pinto
- Considerações acerca da formação profissional rural no Brasil 36
José Orlando de Souza

Este documento é parte do resultado do 3º Seminário sobre Meio Rural e Educação realizado pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), da Fundação Getúlio Vargas, em convênio com o CNPq. Rio de Janeiro, 9-11 de dezembro de 1981.

A EXTENSÃO RURAL FACE À PROBLEMÁTICA DA PEQUENA PRODUÇÃO NO BRASIL

Roteiro de uma contribuição à mesa redonda

*Romeu Padilha de Figueiredo **

1. A contribuição estará centrada na experiência brasileira do antigo Sistema ABCAR, hoje EMBRATER. Tratar-se-á de ver como a problemática da pequena produção foi equacionada em sua trajetória, através desses anos, e lançar algumas questões.

2. No conjunto da América Latina, a maioria das experiências extensionistas teve seu começo na década de 1940 e seu período de maior expansão na década de 1960.

Além dos Estados nacionais foram seus principais patrocinadores e suportes:

2.1. Organizações de "cooperação técnica", ligadas diretamente ao Governo dos EUA (IIAA, ICA, AID, USOM, Aliança para o Progresso, etc.);

2.2. Corporações, associações e fundações privadas, ditas "filantrópicas", ligadas ao grande capital monopolista americano (AIA, Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Fundação Kellog, etc.);

2.3. Organismos internacionais permeáveis aos interesses dos dois grupos acima mencionados e que a eles dão legitimidade, cobertura e prestígio, que, como eles, são instrumentos em nossos países de expansão da *economia de mercado* e que, como eles, vendem uma imagem romântica da extensão rural (IICA, OEA, BID, FAO, BIRD).

3. A Extensão Rural transposta para a América Latina teve como referência dois tipos de experiências desenvolvidas nos EUA:

3.1. O Serviço Cooperativa de Extensão Rural, desenvolvido na segunda metade do Século XIX e oficialmente reconhecido pelo governo federal americano em 1914. Procurava através de um tipo de *educação informal* junto aos estabelecimentos familiares elevar seu padrão técnico e de bem-estar.

3.2. A Farm Security Administration (hoje FHA), instituição ligada aos esforços do New Deal e que visava reabilitar aqueles estabelecimentos agrícolas praticamente falidos na crise e que não tinham mais possibilidades de recorrer ao crédito rural corrente. Tratava-se de uma certa tutela do Estado a fim de que, com o Crédito Rural Supervisionado, tais agricultores passassem de novo a integrar-se nos mercados.

É importante reter que, como atividade do setor público, a Extensão Rural surge com o capitalismo monopolista de Estado, isto é, quando a presença do Estado passa a ser imprescindível na regulação do processo de acumulação de capital, inclusive procurando minorar suas contradições.

4. As primeiras experiências brasileiras desse extensionismo foram marcadas pela filosofia da Farm Security Administration e centradas nos "planos de administração da propriedade e do lar", financiados pelo Crédito Rural Supervisionado. Isso se deu, sobretudo, em Minas Gerais (ACAR) e no Nordeste (ANCAR).

*Doutorando do DEPE/UNICAMP e do Grupo de Estudos Agrários.

Atuava-se com pequenos e médios *proprietários* (eram excluídos os não-proprietários, os minifundiários e a grande propriedade) procurando "mudar a mentalidade" dos mesmos a fim de que adquirissem "novos hábitos", favoráveis à adoção de técnicas mais "avançadas" que lhes possibilitassem elevar a produção, a produtividade e a "melhoria das condições de vida da família rural".

Já aí, nessa perspectiva evitada de psicologismo, foram organizados os primeiros "grupos de homens", "grupos de senhoras e moças" e "clubes 4-S". Serviriam para ampliar a ação do extensionista, baratear os custos operacionais e para criar um clima propício à "aquisição dos novos conhecimentos" e à "mudança de hábitos e atitudes", o que faria aquelas famílias receptivas aos "melhoramentos na propriedade" (basicamente ampliação do capital fixo e semifixo) e aos "melhoramentos no lar" (habitação, imobiliário, saneamento, higiene, alimentação, puericultura, vestuário, culinária, etc.).

Alguns traços fundamentais do extensionismo já eram visíveis: o interesse na difusão do crédito e o estímulo à integração nos mercados, seja pela especialização e elevação da produção agropecuária seja pelo maior consumo de produtos de origem industrial.

Desde o início é uma forma de intervenção seletiva do Estado, vinculada a agências financeiras e aos interesses alojados nas instituições referidas no item 2.

5. No meado dos anos 50 há uma grande ampliação de associações tipo ACAR ou ANCAR pelos estados do Centro-Sul e do nordeste do País. Foram seus fundadores, normalmente, além do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos - ETA (órgão binacional incrustado no Ministério da Agricultura e tendo um diretor nomeado pelo Governo Americano e outro, pelo Brasileiro), governos estaduais, bancos, federações de indústria, federações de comércio e federações da agricultura.

Em 1956, após entendimento entre o Presidente Juscelino e Nelson Rockefeller é criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, que passava a centralizar o extensionismo aqui apresentado. Será através dela que se concretizarão, a partir de então, as influências tanto do Governo brasileiro, quanto dos organismos citados no item 2, como de firmas e grupos privados.

6. Nos últimos anos da década, começa-se a questionar o "impacto econômico" que aquela extensão rural, decidida a tornar o pequeno produtor brasileiro em um *farmer* americano, provocava. Diante da aceleração inflacionária, do desequilíbrio do balanço de pagamentos, da montagem de um parque industrial com alto grau de diversificação e do rápido processo de urbanização, a opção pelo "pequeno e médio proprietário" é repensada. Na verdade a tecnificação da grande propriedade começaria a ser viabilizada e a Confederação Nacional da Indústria passa a ser uma das maiores defensoras do "crédito amplo, fácil e barato" para a agricultura.

No Sistema ABCAR o Crédito Rural Supervisionado cede lugar ao Crédito Rural Orientado e ao Crédito Rural Cooperativo, onde o valor de cada empréstimo é bem maior e bem mais direcionado para investimentos relativos às culturas e criações da "representatividade econômica" e de interesse para o "desenvolvimento regional ou nacional".

Evidentemente, nessa nova ótica, tanto os "pequenos e médios proprietários familiares" passavam a um segundo plano, quanto a "administração do lar".

Os "pequenos e médios proprietários familiares" seriam atendidos a partir de então, preferentemente, via cooperativas ou associações pré-cooperativas. Procurar-se-á trabalhar com eles através de "projetos" voltados a empreendimentos em que sejam altos os custos da mão-de-obra e de grande risco. Pouco a pouco são forjadas várias integrações (suínos/frigoríficos; leite/cooperativas ou agroindústrias; café/cooperativas; aves/cooperativas ou frigoríficos; multiplicação de sementes ou mudas/grandes propriedades, indústrias ou instituições governamentais) no interior das quais os produtores diretos são estimula-

dos pela Extensão Rural a aumentarem sua produção, com uma maior estabilidade na oferta de seus produtos e com uma adequação dos mesmos aos requerimentos do mercado (dizia-se "melhoria da qualidade").

Tanto com os grandes proprietários, quanto com os "pequenos e médios" acentuava-se a importância da especialização, a abertura para os mercados e a necessidade do endividamento. A adubação orgânica é paulatinamente substituída pela química; a tração animal, pela motorizada; os compostos, pela ração comercial; as sementes simples, pelas híbridas... Com tais "recomendações" a Extensão Rural barateava os custos de introdução e de criação de mercado, cuja ampliação era também acelerada.

A "nova extensão rural" encontrava sua consagração no Governo Jânio Quadros e na Aliança para o Progresso. Um Plano Quinquenal 1961/1965 foi formulado consolidando as novas diretrizes e deixando claro que o fundamental é "elevar a produtividade da mão-de-obra".

A bandeira da Reforma Agrária era dissolvida, no extensionismo, em "colonização", "crédito fundiário", "desenvolvimento de comunidade", "cooperativismo" e "educação para a produtividade". E para veicular essas idéias, os serviços de extensão rural foram totalmente equipados com material de produção de "ajudas audiovisuais" e o corpo de extensionistas, treinados pelas instituições nomeadas no item 2.

Entre 1962 e 1964 os recursos financeiros e técnicos da USAID, Aliança para o Progresso, BID e IICA foram determinantes na sustentação do Sistema ABCAR.

7. Com o 1º de abril de 1964 veio o alívio e acabou-se a *neutralidade política*, tantas vezes decantada. Passou a ser difícil mantê-la, mesmo ao nível do discurso.

O crédito rural, agora contando com inúmeros *fundos* (inclusive com recursos externos), *tecnificado* pela "assistência técnica" (como começa a ser chamada a Extensão Rural) é a alternativa confiável à Reforma Agrária, para os interesses dominantes, na busca pela *modernização* e *capitalização* da agricultura nacional. "Quimicizar e motorizar" é a palavra de ordem a ser cumprida pelo crédito rural articulado com a assistência técnica!

A *amarração* de tal *modernização* com os renovados e cada vez mais pródigos benefícios, incentivos e estímulos às indústrias produtoras dos *fatores técnicos da produtividade agrícola*, que ampliavam suas escalas de produção, e aos ramos agro-industriais alimentares e/ou exportadores, também constituídos oligopolicamente, foi, indubitavelmente, um dos *pacotes milagrosos*. E nesse "conjunto harmonioso de medidas", como se diz hoje, a Extensão Rural teve seu papel. Ela ajudou - em alguns casos e regiões, de forma significativa - para a articulação entre a pequena, média e grande propriedade em processo de *tecnificação* e o capital bancário, comercial, industrial, nas suas formas jurídicas de empresas privadas, cooperativas ou instituições estatais.

8. No Governo Médici, Cirne Lima Ministro da Agricultura, o Sistema ABCAR vincula-se intimamente às grandes linhas do "ninguém segura". É instrumento importante nas estratégias para a obtenção das "supersafras" e para o funcionamento dos "corredores de exportação". Articula-se formalmente com os produtores e distribuidores de insumos *modernos* e executa o convênio FAO/ANDA/ABCAR fazendo com que cerca de 600 extensionistas instalem e supervisionem 5.603 ensaios e campos de demonstrações do melhor uso dos adubos, em 664 municípios do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. Gratuitamente! E que mereceu a seguinte apreciação da parte do presidente da ANDA: "contribuiu para que, de um ano para outro, Goiás aumentasse o consumo de adubos de 30 mil para 105 mil toneladas; Mato Grosso foi integrado na nova fronteira agrícola brasileira, abrindo mercado para a utilização de adubos; em muitas regiões do Nordeste o em-

prego de adubos nas lavouras teve início com as demonstrações feitas pelos técnicos da ABCAR." (Extensão Rural, n. 95/96, nov/dez 1973, p.45).

Esteve presente na execução dos programas agrícolas ligados aos PIN, PROTERRA, PRODOESTE, PROVALE, etc. e comprou com entusiasmo e decisão a perspectiva de "cooperativas-empresas", consagrada pela Lei 5.764 de dezembro de 1971, inclusive porque via nisso não só uma forma de "encurtar" e "enxugar" as cadeias de comercialização, como também uma maneira de continuar a apregoar que atendia ao "pequeno e médio produtor".

Na verdade, nesse *milagroso* marremoto *modernizante* o pequeno produtor não-integrado só não submergiu, de todo, nos programas da Extensão Rural porque o PIPMOI havia, sintomaticamente, perdido o "I" e agora convocava o Sistema ABCAR para a tarefa de formação de mão-de-obra! A "população rural" ou "as famílias rurais" também eram lembrados nos "programas sociais" dos serviços extensionistas, agora redirecionados em articulação com o PIPMO, a LBA e o PRONAN. Eram atividades justificadas porque "também concorrem para elevar a produtividade da mão-de-obra" ou porque tratava-se de um investimento em "capital humano". Nessa mesma linha, tratou-se de reforçar as ligações com o MOBREAL, a Fundação SESP e as Secretarias de Saúde e de Educação. Estava claro: a Extensão Rural colaborava com a ampliação da lógica do capital no campo e com a *preparação* da força de trabalho. Sem dúvida *uma Extensão Rural integrada e integral!*

9. A ABCAR havia se tornado tão influente que foi julgado conveniente estatizá-la: surge a EMBRATER e as EMATERes. Define sem subterfúgio que seu "negócio" é a "transferência de tecnologia". Articula-se com a EMBRAPA (para a criação da qual teve papel relevante) para definir "pacotes tecnológicos" a serem "viabilizados" pelo Crédito Rural. Como a EMBRAPA (assessoria por algumas daquelas instituições citadas no item 2) opta por um "modelo concentrado" em certos produtos e áreas de produção onde se procurará aumentar a produtividade da mão-de-obra. Estabelece esquemas de articulação com as empresas compradoras de produtos agrícolas e com as indústrias de insumos modernos. Para "produtores de baixa renda" que parecem substituir, ao nível do discurso, os "pequenos produtores familiares" da infância extensionista acena-se com "projetos integrados" que lhes possibilitem o acesso aos mercados de produtos e insumos, bem como aos "serviços sociais básicos". Desta forma pensava contribuir para a "incorporação de amplos segmentos da população ao mercado interno" como estava escrito no II PND. Até aqui, as definições iniciais da EMBRATER.

Concretamente abraçou e festejou os "PRO" e "POLOS" então lançados. Foi peça importante no POLOCENTRO (ocupação capitalista dos cerrados) e na montagem e operacionalização do PROAGRO (antes de tudo um seguro para os bancos e para as firmas produtoras e distribuidoras de insumos). Absorveu o CONDEPE e seu trabalho com grandes criadores. Junto com a EMBRAPA elaborou e difundiu "pacotes tecnológicos" que, segundo a capacidade do produtor, embrulhavam equipamentos, implementos, insumos e operações de forma a fazer com que os produtores mais ricos adotassem a tecnologia mais rentável, e os mais pobres, a menos lucrativa... A todos amarrava ao Sistema Nacional de Crédito Rural.

Em relação aos "baixa renda" ou aos que fazem a "agricultura da pobreza" foi receptiva aos brados de alerta macnamarianos do Banco Mundial e sozinha ou com o INAN (em Sergipe), com a Ruralminas (em Minas Gerais) ou com o POLONORDESTE implantou programas de "desenvolvimento rural integrado". Aliás, em tempos de retomada inflacionária e de *distensão* é sempre oportuno lembrar dos pobres... Nos PDRI é proposta uma abordagem global da "problemática da pobreza rural" através da modernização

e integração do quadro institucional que planeja, executa e coordena os *projetos*. Redescobre-se (ou descobre-se) a existência de produtores não-proprietários. Propugna-se por "tecnologias adaptadas ou intermediárias" e por um "crédito facilitado" (e/ou uma "compra antecipada da produção" oficializada). Determina-se que sejam estimuladas "formas organizativas de produtores" e incrementa-se o cooperativismo e o pré-cooperativismo. Mas, na medida em que não provoca uma transformação na estrutura fundiária das áreas em que atua, termina, fatalmente, por reforçar a vigente e por valorizar a terra concentrada. E, com roupagem nova, quando muito consegue novas formas de integração entre a pequena produção e as frações de capital com ação na agricultura.

10. Em maio de 1979, é realizado em Brasília, o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, sob o patrocínio da CONTAG. Poder-se-ia dizer que nele está definida qual a posição dos *pequenos produtores face à problemática da Extensão Rural no Brasil*. Esta posição é a seguinte:

a) estando conscientes "de que as suas reivindicações, recomendações e exigências, em relação à Política Agrícola, serão de efeito meramente paliativo, sem maiores conseqüências na vida dos trabalhadores rurais, se não se fizerem acompanhar pela implantação imediata e definitiva da Reforma Agrária, em todo território nacional, capaz de assegurar os benefícios daquela política à grande maioria dos trabalhadores rurais";

b) considerando "que são pequenos agricultores aqueles que trabalham a terra em regime de economia familiar, detendo ou não a sua propriedade";

c) constata que "é reduzido o número dos pequenos agricultores atingidos pela assistência técnica oficial";

d) propõe "que seja criado um serviço especial de Assistência Técnica, voltado para atender às necessidades dos pequenos agricultores, e que sejam respeitados seus costumes e experiências por eles acumuladas, exigindo-se do Governo a celebração de convênios com as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, para a livre contratação de técnicos agrícolas".

11. As diretrizes estabelecidas pela EMBRATER para o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, no período programático 1980-85, partem do princípio de que "a ação extensionista se baseia em métodos educativos" e definem que "o esforço maior deve concentrar-se nos pequenos e médios produtores, visando ao aumento da produção e da produtividade de alimentos básicos ao abastecimento interno (feijão, arroz, milho, trigo, soja, hortigranjeiros, frutas de climas tropical e temperado, leite e carnes); no aumento de produção e produtividade de matérias-primas, para geração de energia (cana, sorgo, mandioca e outras); no aumento de produção e produtividade de grãos, fibras, óleos e látex, para substituir importações ou para exportar". Dão ênfase à tecnologia adaptada (adubação orgânica, métodos biológicos de controle e defesa, utilização de biomassa, tração animal, etc.) sem esquecer o emprego da irrigação e o aproveitamento de várzeas e "sem despreço à motorização da agricultura, que será estimulada por meio da formação de pré-cooperativas de mecanização entre pequenos e médios produtores". Propõem a ampliação do trabalho com a juventude rural procurando demonstrar "aos jovens que a agricultura é, também, uma *boa profissão*". Consideram importantes "Concursos de Produtividade" com o "objetivo permanente de difundir, principalmente novas práticas agropecuárias". E enfatizam entre os métodos extensionistas a serem empregados as "Unidades Demonstrativas ou Campos de Demonstração, com as principais culturas e criações de interesses para o País", definindo que "esse trabalho será executado, preferencialmente, com líderes jovens das comunidades rurais, denominados *multiplicadores*". Propõem a adoção de "um sistema simples, flexível e desburocratizado de planejamento" que tem

sido chamado de "planejamento participativo". E consideram que isto tudo deve levar a "resultados mais efetivos, no aumento da produção, da produtividade que devem ser acompanhados de aumento da renda líquida do produtor, de seu bem-estar e da defesa do meio" (Revista Brasileira de Extensão Rural, Brasília, 1 (1): maio/jun., 1980, p. 12 a 14).

Pouco depois em carta enviada a todos os extensionistas e publicada no n. 4 da mesma revista, o presidente da EMBRATER afirmava: "nosso compromisso com a elevação da produtividade do agricultor e do pecuarista tem que ser definitivo e inquestionável, porque não vemos outro argumento que sensibilize melhor as áreas econômicas do Governo, das quais o orçamento do Sistema". (R.B.E.R., 1 (4) nov./dez., 1980, p. 12).

12. A partir da próxima experiência do extensionismo no Brasil, talvez seja conveniente para os participantes deste Seminário que algumas questões sejam lançadas, como sementes que o debate e o diálogo nos grupos talvez façam germinar luzes e caminhos.

- "Opção preferencial" pelos pequenos e médios produtores: que pequenos produtores? Por quê? Para quê? Poderá essa "opção" vingar em programas como o "Provárzeas" e a "Ocupação dos Cerrados", que claramente atendem interesses do grande capital, fonte do progresso técnico na agricultura e que o molda conforme suas estratégias de extensão? Ou se pequenos produtores serão drenados ou tratorizados?

- "Trabalho com a juventude rural": para que os jovens trabalhem depois para quem? Se para eles próprios. Cadê terra?

- "Tecnologia adaptada": adaptada a quê? A que tipo de produtor? Com que incentivos, benefícios e subsídios? Com lucratividade relativamente maior para os produtores e distribuidores desses novos insumos? Com vantagens para as agências financiadoras? Com condições de suportar a concorrência da tecnologia sofisticada que inclusive será estimulada pelo SIBRATER "Provárzea" e nos "cerrados"? Garantindo-se uma intercomplementariedade entre as tecnologias biológicas, físicas, químicas, mecânicas e energéticas?

- "Multiplicadores, orientadores, monitores, líderes": de quê? De quem? Com que autonomia?

- "Unidades demonstrativas", "Concurso de Produtividade": para provar o quê? A quem? Com vantagens para quem?

- "Organizações de produtores", "Pré-cooperativas": para quê? Autônomas? Para chegar a um tipo já definido de organização?

- "Planejamento participativo": ou "envolvimento da clientela"? Para decidir ou para legitimar o decidido?

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES ASSALARIADOS E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS (Notas sumárias para um debate)

Divonzir Arthur Gusso*

Introdução

A colocação do tema propõe, de saída, uma distinção ao mesmo tempo controversa e relevante. Quer do ponto de vista do objetivo da ação: os trabalhadores rurais; como do ponto de vista da própria ação que se quer discutir: a formação profissional.

Já é mais ou menos extensa a discussão acadêmica e política a respeito da identidade social, cultural e econômica do trabalhador rural e das tendências do desenvolvimento rural no Brasil. Naturalmente, não há campos muito bem demarcados de consenso sobre estas questões; em parte pelas dificuldades de ordem metodológica e conceitual, mas, principalmente, pelas particularidades da formação histórica brasileira e pela rapidez com que se vem modificando o agrôno nas últimas duas ou três décadas.

Por outro lado, os conceitos e notadamente a prática da educação estão, atualmente, sob intenso questionamento, que alcança, neste contexto, o campo específico e subordinado da formação profissional. Uma face importante deste exame — dada a magnitude e importância do meio rural no Brasil — é a da educação para o meio rural. E, quase sempre, esta questão se coloca associando fortemente a educação escolar (básica ou média) à educação para o trabalho; ademais, centrando esta última nas funções de preparação para atividades de produção.

O importante a ser enfatizado é que o encaminhamento da discussão sobre esta último ponto depende de uma elucidação do primeiro. Não sendo uma estrutura autodeterminada, a educação é um processo transitivo: é provida por alguma razão a um sujeito/objeto. No caso, há formas específicas de educação, destinadas aos diferentes grupos de habitantes das áreas rurais, por razões diversas: integrá-los socialmente, inculcar-lhes valores, hábitos ou atitudes, aumentar-lhes a produtividade, mobilizá-los politicamente e assim por diante.

Em geral as propostas de formação profissional rural tem sido formuladas em termos de "melhoria do fator trabalho", visando a "aumentar a produtividade", "atender às necessidades de qualificação" ou "atender o mercado de trabalho". Quase sempre, o objetivo declarado é o trabalhador rural e conquanto se façam distinções formais a respeito de sua posição na ocupação — assalariados, pequenos produtores, "jovens rurais" e "administradores" — a identidade sócio-econômica e suas implicações não são efetivamente levadas em conta.

O propósito desta nota é destacar as limitações de tais propostas, tendo em mira chamar a atenção para o modo de utilização das pesquisas ora em curso no processo de diagnose e de formulação de políticas de educação rural.

*CNRH/IPEA

Sem avançar sobre as especificidades desvendadas pelas investigações ora em curso, cabe enfatizar a importância dos seus achados a respeito das rápidas transformações por que vêm passando as relações de produção no meio rural, como reflexo dos padrões de desenvolvimento acelerado destas últimas décadas.

Não resta dúvida sobre a importância dos estudos mais antigos sobre o caráter "feudal", "pré-capitalista" ou sobre a polaridade "tradicional-moderno", das formas que venham assumindo as estruturas agrárias no Brasil. Entretanto seu desiderato parecia ser muito mais compreender o sentido global e secular das lutas sociais e políticas no campo. Ao contrário, os trabalhos mais recentes procuram elucidar os movimentos concretos e específicos que levam o agro a uma peculiar integração com o núcleo de desenvolvimento do capital industrial-financeiro.

Dois processos fundamentais são evidentes nestes movimentos. De um lado, a irreversível e rápida instauração de relações assalariadas de trabalho em todos os pontos do País, eliminando ou reduzindo a margem de relações patrimoniais do tipo parceria e arrendamento. De outro, a consolidação de pequenas e médias unidades de produção tipicamente capitalistas, mormente nas regiões mais desenvolvidas.

Porém, aquelas relações de salariedade não se apresentam de modo uniforme; há diferenças salariais notáveis denotando não só distintas taxas de salário atribuíveis às condições econômicas da produção, como diferentes condições sócio-culturais de relacionamento, que interferem sobre o grau de exploração da força de trabalho. Estas variantes tomam feições específicas em cada região e mesmo entre segmentos dentro de uma mesma região, de acordo com o caráter e os mecanismos de funcionamento das suas estruturas de poder e, evidentemente, do contexto cultural em que se engendram as representações ideológicas que tornam possíveis aquelas relações econômicas e políticas.

Conquanto em regiões como o Nordeste se generalizem relações assalariadas, notadamente com crescente contingente de trabalhadores volantes, é flagrante a diferente situação sob que se apresentam, em comparação com os assalariados temporários do interior de São Paulo, do Paraná e do Triângulo Mineiro. Se é possível encontrar causas significativas no teor das relações econômicas, não são menos importantes as que se devem às condições políticas sob que se desenvolvem, aos padrões de auto-identificação e de organização social dos trabalhadores e de como eles próprios se posicionam frente aos padrões e outros agentes sociais.

Do mesmo modo se põem as condições de trabalho e de mercadeio dos pequenos produtores em diferentes contextos. Ainda que relevante, a distinção entre "autônomos" e "dependentes" é insuficiente, pois não explica os determinantes mais profundos da permanência de fatores aparentemente "irracional" de seu comportamento econômico. É verdade que, em alguns casos, a dependência se estabelece pela natureza econômica do relacionamento da unidade produtiva agrícola com seu mercado específico, como é o caso das pequenas produções de fumo frente à estrutura oligopolítica da sua industrialização.

Já no Nordeste as relações de dependência derivam, secularmente, das relações sócio-políticas com o "coronel" e da persistência da distribuição de poder assegurada ao nível da política nacional aos programas de desenvolvimento do núcleo hegemônico industrial-financeiro. (A. Camargo, 1976).

E mesmo em outras regiões, onde não tenha dominado aquela figura, o longo isolamento seguido de vinculação indireta com as transformações sociais, criam-se outras formas de dominação semelhantes; "a inserção das populações caboclas em sistemas sócio-

políticos mais amplos e diferenciados não destrói necessariamente as características fundamentais da organização de grupos de vizinhança. Muito ao contrário, sobrepõe-se a elas, através da elaboração de padrões de denominação próprios de um sistema patrimonialista". Nestes casos, o agente de dominação não é necessariamente o grande proprietário ou o produtor mais forte; "a necessidade de participação, embora marginal, no mercado, pode criar um outro tipo de padrão, que é o vendeiro" (...) "intermediário entre a economia de subsistência e a economia monetária". (Durham, 1973)

Nestas várias situações — e as há em outras variantes — os pequenos produtores — proprietários ou não — sujeitam-se a relações econômicas concretas encobertas por representações culturais que, à sua vez, condicionam a sua evolução. Ou seja, tais relações são entendidas e "racionalizadas" de permeio a atitudes de lealdade, solidariedade para com os agentes de dominação e de representações ideológicas, a respeito da natureza daquelas relações, que limitam ou demarcam o teor da organização da produção e das transações mercantis e patrimoniais.

É importante, porisso, levar em conta a grande diversidade de padrões de organização e a dinâmica de transformação que se colocam em cada região do País, segundo a formação histórica de cada qual, o momento e o modo como se articulam com o núcleo dinâmico de desenvolvimento das últimas décadas e, ainda, com o papel econômico e político que desempenham neste processo.

Daí se poderá delinear um quadro — sem dúvida, complicado — em que deve ser examinada a questão educacional e de formação para o trabalho no campo. E que seguramente revelará a ineficiência dos conceitos vigentes e dos métodos empregados nos programas convencionais de treinamento.

Implicações para a Formulação de Políticas

Conquanto, em várias ocasiões, dirigentes e técnicos de entidades de formação profissional rural hajam manifestado posições críticas a respeito da transposição de métodos adotados nos setores não-agrícolas para seu campo, a prática de seus programas tem sido marcada exatamente pela mimetização.

Talvez se possa afirmar que isto se deve, desde logo, ao próprio discurso que legitima a formulação das suas políticas. Na maioria dos documentos e pronunciamentos oficiais seus objetivos são enunciados em referência ao atendimento de necessidades de qualificação técnica para o aumento da produção e da produtividade. E a promoção do trabalhador como resultante de acesso a ocupações qualificadas supostamente melhor remuneradas ou de elevação de renda — no caso de pequenos e médios produtores — decorrente de maior produtividade.

Ademais, leva a acreditar que se deve atribuir preferência de capacitação aos segmentos de produção considerados prioritários pelas políticas agrícolas; ou seja, os programas de formação profissional deveriam atender aos requerimentos derivados do progresso técnico pretendido em ramos de produção (linhas de produtos) necessários às metas de exportação, fontes de energia, suprimentos industriais e de abastecimento urbano.

Finalmente, toda esta ênfase leva a centrar as preocupações com a modernização técnica e a elevação da produtividade, colocando a formação quase exclusivamente na função de difusão tecnológica e de adestramento nas práticas de produção.

Não obstante, se bem haja segmentos da estrutura produtiva rural em que ações de formação profissional devam ser conduzidas nestas direções, a parte mais relevante de sua missão não estará necessariamente aí.

Uma primeira constatação em contrário está dada pela composição presente de estrutura produtiva e pelas tendências já evidenciadas de crescimento da proporção de assalariados e do papel das pequenas e médias unidades na produção de alimentos básicos e de alguns dos produtos agro-industriais.

Na maior parte da agricultura empresarial moderna, apenas algumas ocupações são diferenciadas e especializadas; a maior parte dos requerimentos de mão-de-obra incidem nas fases de colheita em relação a trabalhadores de pouca qualificação.

As dificuldades mais salientes das unidades de menor porte não se situam no nível da tecnologia, mas no suporte financeiro do processo produtivo e nas condições de comercialização. Quanto muito, o que se requer, ao nível de processo, seria a adaptação ou melhoria dos instrumentos e métodos de produção face às condições específicas de clima, qualidade de solos e infraestrutura de suas regiões.

Na maioria dos casos, portanto, as necessidades educativas apenas em parte se relacionam à capacidade técnica para produzir. E mesmo quando surgem demandas neste aspecto, o problema decorre antes da privação cultural — analfabetismo, falta de informações, escassez de contatos externos — do que de falta de treinamento. Não são poucos os exemplos de fracasso das atividades de extensão e treinamento devidos a estas limitações ou à impropriedade de seus métodos em face de clientela sub-educada.

Estas observações levam a outro questionamento; ao centrar seu escopo no aumento de produtividade, elide-se o fato de que, nas pequenas unidades ele resulta das possibilidades de o mercado remunerar adequadamente o produtor e viabilizar as variações de custos implícitas em qualquer mudança nos insumos ou nos métodos de produção; e nas unidades maiores depende menos da qualificação do trabalho de que da incorporação de capital e dos ganhos de escala.

Noutra perspectiva, a consolidação do segmento de pequenos produtores, como objetivo explícito e prioritário de políticas de desenvolvimento rural, levaria a direcionar as ações de formação segundo um escopo de aumento da *rentabilidade*. E teria profundas implicações tanto nos critérios de formulação de objetivos, como nos de escolha metodológica.

Seguramente, um exemplo válido estaria na produção de alimentos básicos. Em geral, são de menor monta os problemas estritamente técnicos; apenas em algumas regiões seria necessário alterar significativamente os processos de produção. Os entraves mais sérios à elevação de sua rentabilidade situam-se nas relações com o mercado e, por reflexo, no planejamento da produção, ou, mais concretamente, na composição do elenco de produtos em cada época do ano e em face das oscilações de mercado.

Como se lembrou anteriormente, as relações com o mercado podem estar influenciadas por relações "extra-econômicas" derivadas das estruturas de dominação a nível local e regional; assim os preços dos produtos não refletirão as condições da demanda "externa", do mesmo modo como os custos de produção, ambos dependentes dos critérios de ganho dos agentes locais de intermediação. E assim se alteram as próprias condições de rentabilidade de qualquer esquema técnico de produção.

O problema passa a ser, portanto, de capacidade de organização social e econômica para confrontar e/ou superar estes obstáculos e, secundariamente, de racionalizar as práticas produtivas.

Situação semelhante poderá ocorrer mesmo em áreas menos tradicionais, onde a complexidade das relações de mercado são enfrentadas pelos produtores de menor porte em condições precárias de compreensão de seus mecanismos, de falta de informações e de acesso aos serviços de apoio. Também aí, a capacitação se faz necessária em relação a for-

mas de organização a otimização no uso de serviços e na adoção de técnicas específicas de preparo, embalagem, transporte e armazenagem. Mas em teores distintos, culturalmente, daqueles vigentes nas áreas em que atuam formas "pré-capitalistas" de dominação.

Ainda que muito sumarizados e, talvez, caricaturizados, estes aspectos da diversidade de relações e de estruturas de produção poderiam sugerir alguns reparos na concepção dos programas de formação e em suas opções metodológicas.

Um primeiro reparo seria no sentido de conceber a formação não como um serviço pessoal, dirigido ao indivíduo, mas como ação de desenvolvimento cultural (inclusive técnico) e social que se destina a grupos identificados de trabalhadores em situações específicas de organização da produção; sejam assalariados em diferentes formas de empresas agrícolas, sejam trabalhadores familiares em pequenas e médias unidades que produzem, gerenciam e negociam seus produtos.

Em seguida, cabe lembrar — talvez tediosamente — que a formação é apenas parte de um processo educativo mais amplo que teria por escopo o desenvolvimento das condições de vida de uma determinada população localizada. As relações sociais, econômicas e culturais — por sua interdependência — requerem, para apoiar sua mudança em algum sentido, serviços articulados de educação básica e de formas específicas de formação que atendam os diferentes componentes de grupo-clientela (crianças, jovens, mulheres e adultos diretamente aplicados ao trabalho).

De ser assim, não pode, nem lhe é requerido, incidir apenas sobre as dimensões técnicas da produção. Ao se propor que seria melhor designar as ações formativas por "educação para o trabalho" (em lugar de Formação Profissional) denota-se sua atenção aos aspectos econômicos e sociais de atividades produtivas, no contexto concreto em que eles se dão. Em especial no caso dos pequenos e médios produtores, em que as escolhas técnicas e os planos de produção são operados simultaneamente e às vezes pelas mesmas pessoas que realizam as ações de mercado e de organização social.

Obviamente, tais intervenções terão pouco êxito se concebidas e executadas à margem das políticas mais amplas de desenvolvimento agrícola ou regional. A questão está em que, muitas vezes, programas de formação rural são destinados a regiões ou clientela desassistidas por outras formas de apoio governamental, enquanto que nas áreas sob intervenção se exercitam ações meramente formalistas ou sem estruturação adequada.

Finalmente, é preciso voltar a enfatizar que definição de objetivos e escolha metodológica são faces indissolúveis de um mesmo processo. E que aí está o cerne das propostas de diversificação e descentralização.

Se a diversidade de situações e suas constantes e cada vez mais rápidas transformações constituem o traço mais marcante dessa realidade, é evidente que não cabe a uniformidade ainda dominante no campo da formação profissional. E restaria colocar o termo metodologia em sua elementar concepção de reconstrução sistematizada do processo real; em cada classe de situações seria necessário compreender os elementos e mecanismos sócio-culturais e econômicos para, a partir daí, elaborar os métodos e instrumentos de desenvolvimento das práticas sociais que consubstanciam o processo de formação.

Isto requer, na maioria dos casos, mecanismos descentralizados de identificação dos projetos e linhas de apoio técnico-pedagógico para que se definam os métodos e técnicas mais eficazes para o seu desenvolvimento. Neste sentido, seria desejável uma reavaliação da experiência do próprio SENAR com as "ações delegadas" em que os projetos de formação são formulados e implementados através de cooperativas, sindicatos rurais e de trabalhadores, associações locais, etc. Quiçá a função de suas agências regionais e locais

devesse ser canal de apoio metodológico e técnico às iniciativas emergentes das próprias clientelas.

Para isso, no entanto, é preciso ampliar o acervo de conhecimentos sobre as estruturas produtivas das várias regiões rurais do país, de suas articulações com os mercados e das relações sociais em que elas se inserem, de modo a que as agências centrais e regionais possam identificar e ordenar, a nível agregado, os objetivos de formação e estabelecer as suas ordens de prioridade. E também para desempenhar com maior eficácia as funções de apoio às agências descentralizadas, até mesmo pela mais ampla difusão dos estudos e pesquisas realizados.

Ademais, dada a distribuição de competências afins (educação escolar, treinamento, extensão) entre diferentes organismos públicos tanto a nível federal como estadual e local, será necessário ampliar os estudos sobre formulação e avaliação de políticas públicas de formação rural e sobre seus padrões de desenvolvimento organizacional.

E, por fim, proceder a estudos visando ampliar e qualificar a participação ativa das organizações sócio-econômicas do meio rural na formulação e desenvolvimento de políticas e programas de educação rural providos por entes públicos.

Levantando estes vários pontos de reflexão indica-se uma agenda — incompleta e pouco ordenada, por certo — tanto para explorar criativamente os resultados de pesquisas, como para apontar novos campos de investigação e debate. Resta esperar que tenham sido úteis para esse fim.

EXTENSÃO RURAL: PARA QUE E PARA QUEM SERVE?

Oriowaldo Queda *

"CRUZ: La segunda proposición que quiero hacerles es: que me ayuden con la asistencia técnica; aunque ahora que hemos trabajado juntos me doy cuenta de que es más lo que tengo que aprender de ustedes que lo que puedo enseñarles (Risas). Quizás mi única ventaja sea que, cuando llegue a presentarse un siniestro, una plaga que ni ustedes ni yo sepamos qué es ni cómo se puede combatir, yo sí sé dónde preguntar, cómo consultar y a quién recurrir. Esto es lo único que voy a enseñarles, por si algún día tengo que irme de aquí, ustedes ya le sepan el modo. Lo demás tenemos que aprenderlo juntos, y juntos realizar una serie de actividades". Felipe Santander — El Extensionista (Premio Casa de Las Americas, 1980, Teatro).

Nada melhor como os momentos de crise, iguais aos que se vivem hoje, para revelar o que se pretende ocultar: é o caso da Extensão Rural, quando se considera o destaque que a ela é conferido por um certo grupo de professores, técnicos e políticos. Destaque, evidentemente exagerado, quanto ao seu papel no incremento da produção e da produtividade da agropecuária nacional e o que isto representa para a elevação da qualidade de vida daquilo que a Extensão Rural chama de "população rural".

É claro que não se pretende negar essa sua importância mas ressaltar que, para ser corretamente analisada, ela precisa ser entendida como um instrumento, entre vários outros, de que dispõe o Estado (e de modo crescente as instituições privadas) para facilitar a implementação da política agrícola.

Assim, parece não haver dúvida sobre a importância atribuída à Extensão Rural, quando analisada através da evolução da política de crédito rural. A Extensão Rural tem funcionado (no seu início, em 1948, com o chamado crédito rural supervisionado) a reboque da política de crédito rural. É bom lembrar que ACAR significa Associação de Crédito e Assistência Rural. A menos que, funcionar a reboque dessa política, seja a expressão de "ter planos de ação em consonância com a política de desenvolvimento nacional" como aparece na lista dos princípios do trabalho de Extensão Rural (ver anexo).

Um estudioso do crédito rural e da assistência técnica à agricultura relata "que o alcance do crédito rural é baixo, atingindo em torno de 20% dos beneficiários potenciais. Sendo a assistência técnica caudatária do crédito, como ocorre no presente, o seu alcance necessariamente também será baixo. Na realidade, entretanto, ele ainda é menor" (Guedes Pinto, 1980 a:34). O mesmo autor afirma que, recentemente, o senhor Glauco Olinger, atual presidente da EMBRATER, em entrevista ao Programa Globo Rural e em exposição na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, calculava que a assistência técnica atingiria "14% dos agricultores brasileiros".

*Professor do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz.

Outro dado, do mesmo documento, mostra que o "Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão (PRONATER), de 1977, previa que seriam assistidos pelo sistema EMBRATER 36% dos latifúndios e empresas rurais e apenas 4% dos minifúndios" (Guedes Pinto, 1980 a:34). De qualquer forma, em consonância com a política de desenvolvimento nacional".

Nada parece indicar que as coisas se passaram de modo diferente nos últimos anos. O fato que merece ser notado é a intenção de tentar "reorientar" as atividades da EMBRATER, outra vez, em direção à pequena produção na agricultura.

Mudança nada original. Essa preocupação, pelo menos ao nível do discurso extensionista, já existia desde a sua origem, em 1948. Também nada original que a Extensão Rural, durante o seu desenvolvimento, se visse levada a mudar o seu "sistema tradicional de trabalho" (ACAR-Plano Diretor 1968/72) passando a "assistir o agricultor que explora comercialmente sua propriedade, ao invés dos pequenos e médios produtores cuja evolução é demorada e retarda o avanço econômico do Estado" (sic) (Silva, 1968:7). Ao mesmo tempo, segundo a mesma fonte citada, "os parceiros e os assalariados deveriam ser levados a ingressar nos sindicatos rurais, aos quais está afeita sua assistência, promovendo sua capacitação para virem a localizar-se nas cidades". Que ironia!

Tamanha indecisão não é de causar nenhuma surpresa pois, eis o que se entende por Extensão Rural e quais os seus objetivos: "Extensão Rural é um processo de trabalho cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por fim levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural ensinamentos sobre agricultura, Pecuária e Economia Doméstica, visando a modificar hábitos, atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhes maior produção e melhor produtividade, elevando-lhes a renda e melhorando seu nível de vida" (Plano Diretor Quinquenal — ABCAR — 1961-1966).

Faz parte intrínseca da Extensão Rural, é da sua origem, como se pretende mostrar, uma contradição básica entre intenções e resultados da política extensionista. Ao contrário, do que pensam e propagam os seus defensores: no início ela estaria imbuída de boas intenções (principalmente em relação aos pequenos produtores) depois, coitada, ela se perdeu. Mas, de boas intenções o Inferno está cheio.

Por isso mesmo a intenção de atingir a "população rural" estimulando o aumento da produção e da produtividade, visando com tal procedimento "elevar o nível de vida dessa população", choca-se com os baixos níveis de vida de cerca de 15.300.000 pessoas que tem na agricultura sua atividade permanente: proprietários munifundistas, pequenos posseiros, pequenos rendeiros e empregados assalariados (Graziano da Silva, 1980:72).

Na verdade, a preocupação de se elevar o nível de vida daquele contingente da força de trabalho, ocupada na agricultura brasileira, jamais passou de mera declaração de princípio de caráter puramente retórico. É preciso esclarecer se em algum momento, desde a sua implantação em 1948, no Estado de Minas Gerais, a Extensão Rural esteve realmente comprometida com aquele grupo de pessoas.

Antes porém é preciso levar em conta que a Extensão Rural, tal qual ela foi introduzida e difundida no Brasil, não guarda nenhuma semelhança com as suas reais origens nos Estados Unidos da América. Lá, ela foi uma demanda dos próprios proprietários familiares que, inicialmente, chegavam a hospedar os "técnicos", a quem solicitavam os "serviços" considerados necessários, bem como o pagamento dos mesmos.

Posteriormente, esse movimento "espontâneo" passa por um processo de institucionalização, através de uma série de leis, no começo deste século, até a criação em 1914 do Serviço Cooperativo de Extensão. Daí para a frente, o que irá contar não serão necessariamente os interesses daqueles proprietários familiares mas sim, e de forma crescente,

os interesses dos setores "fora" do setor agropecuário ligados à difusão de tecnologia agrícola.

A Extensão Rural, no Brasil, está ligada a essa fase do movimento extensionista. Por isso mesmo, uma rápida identificação das instituições, interessadas na implantação e no desenvolvimento de um Serviço de Extensão Rural, poderá ajudar na revelação dos interesses em jogo, bem como a forma como ela é implantada. No caso brasileiro, como regra geral, de cima para baixo.

Na lista dos patrocinadores aparecem: o *Institute of Inter-American Affairs* (criado em 1938), encarregado de coordenar a ajuda econômica destinada aos países latino-americanos; a *International Association for Economics and Social Development* (AIA), criada em 1948, por iniciativa de N. A. Rockefeller e com os mesmos objetivos, além da participação, do lado brasileiro, do governo Estadual e das Associações Rurais.

Deste modo, não se pode descartar, antes pelo contrário, é preciso enfatizar o caráter ideológico de que se reveste o movimento extensionista brasileiro (e nos demais países latino-americanos). Ideológico no sentido de um "complexo durável de representações e valores que pretendem explicar e justificar por que a sociedade brasileira é assim, ou precisa ser assim, e não de outro modo" (Bosi, 1981).

Compreende-se portanto a férrea determinação de se construir um ninho para a Extensão Rural, justamente nos Departamentos de Economia Rural, das Escolas de Agronomia. Esta iniciativa é importante na medida em que passa a ser possível influenciar futuros professores, pesquisadores, além dos próprios técnicos que se dirigirão aos Serviços de Extensão mantidos quer pelo setor público quer pelas empresas privadas. É a tentativa de se buscar a unidade: Ensino-Pesquisa — Extensão Rural.

A Extensão Rural ganha, assim, ares de disciplina científica e, passa a fazer parte do elenco de disciplinas do *curriculum* mínimo para a formação do Engenheiro Agrônomo e reconhecido pelo Conselho Federal de Educação. Essa determinação chega ao ponto de se criar, mais recentemente, cursos de mestrado em Extensão Rural. Quem quiser que tire as lições, que achar necessárias, desse fato.

Tomando emprestada certas concepções teóricas de diferentes disciplinas da área das ciências sociais, a Extensão Rural pretende explicar e justificar a sociedade rural em que se vive. Por exemplo, nessa sociedade, o poder é difuso, fragmentado, competitivo. Nenhum interesse particular se sobrepõe ao Estado. Este é visto como uma instituição que age no interesse da sociedade como um todo. Tem por finalidade mediar e conciliar interesses antagônicos que a realidade social acaba dando origem. A estrutura de classe dessa sociedade (ou o seu sistema de relações de propriedade) é imutável e se mantém por si própria. Nessa sociedade classes amorfas emergem como uma consequência da mobilidade individual, a qual representa o processo de "seleção natural" daqueles que são social e biologicamente mais "aptos". Por isso mesmo, a estratificação social é considerada funcionalmente necessária, porque cada sociedade deve dispor de alguns mecanismos de modo a induzir os seus membros a ocuparem posições socialmente importantes e que necessitariam de qualificação (primeiro educação, depois Reforma Agrária). A pobreza rural é explicada apelando-se para noções do tipo *cultura da pobreza* de Oscar Lewis. Desnecessário acrescentar que o valor democrático da igualdade de oportunidade é considerado como dado.

A lista desses "empréstimos" que a Extensão Rural organiza para "explicar e justificar a sociedade em que se vive" poderia continuar... De qualquer forma, não custa nada olhar os onze princípios básicos da Extensão Rural (em anexo).

Assim, a Extensão Rural passa a perseguir o aumento da produção e da produtividade como condição para o aumento da renda de modo a melhorar o nível de vida da "população rural". Entretanto, ao proceder assim, ela não qualifica quem é quem nessa

"população rural". E porque não pode qualificar, não revela que quem precisa ter melhoradas as suas condições de vida é exatamente aquela *parcela* da "população rural" (massa miserável, de baixa produtividade, desempregada, subempregada, expulsa da terra ou com pouca terra e, "que retarda o avanço econômico do Estado") que é resultado de uma série enorme de decisões políticas e econômicas que "naturalmente" terminam por favorecer aquelas categorias sociais mais "aptas".

A ação extensionista está muito mais orientada para a satisfação de interesses sejam os do governo, preocupado com a redução da taxa de inflação, com a expansão das exportações através do aumento da oferta de produtos agropecuários e com a produção de agroenergéticos, sejam as das entidades ligadas ao capital comercial, industrial e financeiro compradoras de tais produtos ou vendedoras de insumos para a agropecuária¹, sejam ainda os das organizações internacionais como a FAO e o Banco Mundial. Além, é claro, das grandes empresas agropecuárias.

Essa mesma orientação pouco ou nada tem a ver com as reais necessidades de proprietários minifundistas, pequenos posseiros, pequenos rendeiros e empregados assalariados (permanentes e temporários).

Em síntese, o movimento extensionista brasileiro está marcado pela criação e difusão de um argumento falacioso do seguinte teor: em seu início a ABCAR, hoje EMBRATER, teve a sua ação voltada para a promoção humana ou a melhoria do nível de vida da "população rural". O caráter dessa ação era fundamentalmente assistencialista e, como conseqüência, os seus resultados foram bastante modestos. Com a institucionalização do crédito rural, a partir de 1965, opera-se a grande mudança. A promoção humana é relegada para um plano secundário. O objetivo passa a ser o de aumentar a produção agrícola estimulando a difusão de tecnologia agrícola e gerencial ou, em outros termos, promover a "modernização" da agricultura.

Se os resultados alcançados, através da promoção humana de caráter assistencialista, foram bastante modestos é porque a Extensão Rural não foi estruturada e jamais esteve voltada para atender as necessidades desse conjunto que compõe a força de trabalho no campo. Por isso mesmo as transformações estruturais necessárias, nos sistemas de propriedade, de posse e uso da terra por exemplo, quando chegam a ser mencionadas pois, isso é muito raro, são cuidadosamente mantidas em segundo plano. O que dizer então de colocá-las em práticas. A ação terá, assim, que ser conduzida de forma paternalista e assistencialista. Ela não se propõe a "auxiliar a resolver problemas". Antes pelo contrário, o seu objetivo é dificultar a organização de movimentos sociais pelos trabalhadores. A ação extensionista, para aquele conjunto da força de trabalho, busca estabelecer meios de tutela e normas para a vida desses trabalhadores no seu próprio local de trabalho mas, principalmente, fora do seu local de trabalho, penetrando na sua vida privada. Pois, é fundamental um certo equilíbrio psicológico e físico desses trabalhadores. A ação extensionista vai propor a elevação das condições de vida melhorando, por exemplo, o "lar" de quem não tem onde morar; a alimentação de quem não tem o que comer; a saúde de quem não tem acesso à assistência médica... E, também, "melhorando" as relações sociais de produção ensinando o respeito a propriedade privada capitalista.

Desse ponto de vista (da promoção humana) a Extensão Rural não apresenta nenhuma novidade quando comparada, por exemplo, à ação do Serviço Social na indústria. É bom não esquecer que várias tentativas já foram realizadas visando os mesmos objetivos. Por exemplo, a Lei nº 2613, de 23/09/1975 que autorizava a União a criar uma Fundação

¹ Entidades essas que, juntamente com as cooperativas agropecuárias, disputam com a Extensão Rural a prestação de assistência técnica, principalmente, na área de difusão de tecnologia agrícola moderna.

denominada Serviço Social Rural – SSR. A preocupação, além da assistência social, era com o desenvolvimento do associativismo rural como mecanismo de contenção e controle de uma possível insubordinação dessa população pauperizada².

Por tudo isso, é preciso muito cuidado quando se procura analisar a relação Extensão Rural x Pequena Produção. Ou, "produtores de baixa renda" como eufemisticamente são tratados nos documentos oficiais. Aqui, mais uma vez, a importância da "cultura da pobreza". Isto significa apelar para uma das estratégias mais surradas e que consiste em dar nomes novos a coisas velhas. Procurar valorizar positivamente conceitos que antes eram considerados pejorativos ou então realizar a operação inversa. Ou ainda definir coisa, pessoas, instituições e situações a partir de uma linguagem que procura encobrir o juízo do valor que se pretende transmitir, como também já foi dito anteriormente. É o caso de "produtores de baixa renda". Como também é o caso de se chamar Assistência Técnica à Agricultura de Extensão Rural ou, Extensão Rural Humanista, Educação Extra-escolar ou mesmo de Assistência Técnica Educacional.

O interesse da Extensão Rural pelos pequenos produtores precisa ser analisado levando-se em conta a existência dos interesses envolvidos nas políticas e nos programas³ de apoio a pequena produção.

Uma coisa é organizar a pequena produção outra, bem diferente, é organizar os pequenos produtores. A organização da pequena produção (a exemplo dos produtores de suínos, aves, fumo, etc.) sob o domínio de empresas ligadas ao complexo agroindustrial tem dificultado sobremaneira a organização dos pequenos produtores. No entanto, esta organização é fundamental para impedir a crescente expropriação e o progressivo empobrecimento desses pequenos produtores. Na verdade essa é uma das conseqüências do processo de modernização da agricultura brasileira⁴. Processo esse que contou com o apoio da Extensão Rural através dos seus programas (especiais ou não) de difusão de tecnologia agrícola e gerencial.

Finalmente, vale a pena citar uma passagem da Síntese e Conclusão do "I Encontro sobre a Pequena Produção" realizado em Ponta Grossa, Paraná: "Também se achou importante enfatizar que os problemas suscitados por esse processo (de modernização) não se situam no âmbito tecnológico. Numa época de acentuado progresso, de crescente concentração e centralização dos capitais, o setor agropecuário e a pequena produção não poderiam deixar de ser afetados. A questão fundamental não está em amparar e promover a pequena produção em si, mas em defender e mobilizar os pequenos produtores, a fim de impedir o seu empobrecimento e a redução de seu número. Os problemas básicos se situam ao nível das relações sociais de produção, tanto dentro do setor agropecuário, como entre os pequenos produtores e ex-pequenos produtores de um lado e os demais setores da economia brasileira e mundial do outro. Tais relações têm se traduzido na expropriação seja do produto, seja dos meios de produção — principalmente da terra — dos pequenos produtores".

² Outra iniciativa do mesmo gênero são os Programas de Desenvolvimento de Comunidade patrocinados pela "Aliança para o Progresso" — Agência para o Desenvolvimento Internacional. Ainda em relação ao Serviço Social Rural, consultar a cap. VI de *Reforma Agrária do Mundo e no Brasil*, Ministério da Agricultura — Serviço de Informação Agrícola. Série Estudos e Ensaios, nº 4. Rio de Janeiro, 1952.

³ Uma interessante análise dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional (Proterra, Polonordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Irrigação) pode ser encontrado em Guedes Pinto (1980b, 296-311).

⁴ O *Jornal da Tarde* de 23/09/81 relata que o professor Jessé Montelo explicou aos estagiários da ESG a enorme concentração da renda rural, (Censo de 1980) como resultado "do progresso técnico na agricultura, com a modernização das propriedades rurais, principalmente aquelas voltadas para a agricultura de exportação".

É preciso decidir: ou a Extensão Rural enfrenta o desafio que representa a organização desses pequenos produtores — ganhando a confiança e o apoio dos mesmos — ou então ela continuará declarando que é justamente isso o que vem fazendo desde a sua criação: criando cooperativas, associações rurais, grupos comunitários e quejandos, tudo bem de acordo com os seus princípios básicos de trabalho. É claro que essas iniciativas poderão ser consideradas como “trabalho de organização”. Mas no fundo, elas jamais deixarão de expressar formas de organizar melhor para produzir mais, só que para dominar e explorar ainda mais os pequenos produtores.

Hoje, o que se coloca no campo brasileiro, como já se enfatizou, é a questão da propriedade da terra. Questão que a Extensão Rural, dada a sua origem e, a pretensão de “explicar e justificar por que a sociedade onde se vive é assim, ou precisa ser assim, e não de outro modo”, zelosamente sempre descartou.

Finalmente, vale a pena a leitura da notícia (ver anexo) “sobre a ação de despejo que poderá ser efetivada a qualquer momento” contra 17 famílias de posseiros, a 10 quilômetros do centro urbano de Foz de Iguaçu. Esses posseiros são herdeiros de Jorge Shimmelpfeng que, em 1913, comprou uma gleba, de um paraguaio. As terras foram ocupadas há 20 anos pelos posseiros. A notícia revela também que Afonso Vieira da Silva, um dos posseiros, obteve o 1º lugar em um concurso de produtividade promovido pelo ACARPA, uma das filiais da EMBRATER.

Eis a questão.

BIBLIOGRAFIA

- Bosi, Alfredo. (19 “Marilena, o logos apaixonado”, *Foetim*, Folha de São Paulo (27/09?1981).
- Graziano da Silva, José. *O Que é a Questão Agrária*. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1980.
- Guedes Pinto, L.C. (1980a). “Os Beneficiários do Crédito Rural e da Assistência Técnica à Agricultura”, *Reforma Agrária*, ano X, nº 4/5, jul./out.
- Guedes Pinto, L.C. (1980b). *Notas Sobre a Política de Crédito Rural*. Mimeogr.
- Ministério da Agricultura. *A Reforma Agrária no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1982.
- Silva, Sebastião G. (1969). “ACAR muda estilo de trabalho”, *Coopercotia*, nº 240, outubro.

TECNOLOGIA E PEQUENA PRODUÇÃO NO DESENVOLVIMENTO RURAL

João Bosco Pinto *

As ponderações que se seguem têm o propósito de situar o problema da geração e difusão de tecnologia para a pequena produção, no contexto de processos de desenvolvimento rural, oriundos do Estado e por este dirigidos. A discussão é importante devido a noções muito difundidas, sobretudo nos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, de que o problema principal da pequena produção jaz no seu atraso tecnológico. Isto tem levado a entregar aos órgãos encarregados desta difusão o papel principal no desenvolvimento, fazendo deles o “carro-chefe” do processo.

Tecnologia e Relações de Produção

A tecnologia é freqüentemente concebida como uma coisa, isto é, como produtos, sendo identificada com ferramentas, máquinas, insumos agrícolas em geral. Algumas vezes chega-se a percebê-la como conhecimentos, ou pelo menos, como produtos do conhecimento humano. Raramente ela é pensada como processo, cujo caráter é social e cuja compreensão requer concebê-la como relações.

Efetivamente, a tecnologia deve ser entendida como conjunto de relações, no qual o aspecto técnico é importante, mas não exclusivo. Em outras palavras, a tecnologia não pode ser compreendida apenas como relação entre o homem e a natureza, mediada por instrumentos, por sua vez resultantes da atividade do homem, do seu trabalho. Esta relação técnica (homem-instrumento) faz seguramente parte do que é ou constitui a tecnologia, mas não a esgota, nem a define essencialmente.

A compreensão da tecnologia como processo social e humano passa necessariamente pela compreensão das relações essenciais que definem uma estrutura social e pela determinação que estas relações exercem sobre todas as partes componentes. Nesta totalidade convém distinguir o conjunto de relações que os homens desenvolvem com a natureza, mediante instrumentos e que resultam em bens materiais, que satisfazem suas necessidades, da forma como os homens se organizam para produzi-los, constituída também por relações de caráter objetivo, não-individual, isto é, social. Em outras palavras, o conjunto das forças produtivas difere das relações sociais que delas decorrem, mas que exercem sobre aquele conjunto uma determinação. Com efeito as relações sociais, historicamente produzidas, envolvem o conjunto das forças produtivas, distribuindo de forma determinada os agentes na produção e predeterminando a distribuição do produto social por ele gerado.

A tecnologia, vista como resposta à natureza, como forma específica de apropriação e humanização da natureza, se situa ao nível das forças produtivas, mas seu caráter es-

* Sociólogo — Projeto DRIN/OEA

pecífico e sobretudo o resultado de sua aplicação está determinado pelas relações de produção. Abstrair das relações de produção que determinam historicamente o significado do conjunto tecnológico, significa perder a possibilidade de compreender a geração e a dinâmica do processo tecnológico. Ora, é precisamente isto que acontece quando a tecnologia é reduzida a produtos-coisas, ou a relações homem-natureza, ou homem-instrumento.

A tecnologia vista como processo dentro de uma totalidade estrutural e como processo determinado pelas relações essenciais, de caráter social, há de ser vista como portadora de relações sociais. Isto não somente porque a tecnologia é gerada socialmente, no bojo das relações que os homens desenvolvem entre si, para apropriar-se da natureza, através de instrumentos; não somente porque o conjunto tecnológico implica conhecimentos que são gerados, sancionados e transmitidos socialmente, ao mesmo tempo que contribui para sua produção; mas sobretudo porque a tecnologia é uma das formas sob as quais as relações dominantes em uma sociedade se camuflam, para distribuir os agentes sociais na produção, predeterminando, destarte, a distribuição da riqueza socialmente produzida, entre os agentes da produção.

A tecnologia assim entendida deixa de ser uma simples abstração: ela vai ser não somente indicadora do grau de desenvolvimento das forças de produção, mas vai expressar, mediante a divisão social do trabalho, as relações de produção dominantes em uma sociedade determinada.

Sendo assim, o conjunto tecnológico guarda uma certa coerência com a forma sob a qual está organizada a produção. Isto não obriga, porém, a que o conjunto (forças produtivas e relações de produção) permaneça coerente, através do tempo. Ao contrário podem surgir e surgem necessariamente, contradições entre estes elementos, que levam à transformação.

Por outro lado, quando se abstrai a tecnologia da totalidade concreta na qual ela foi gerada e se pretende transferi-la a outra, vários podem ser os efeitos produzidos, alternativa ou concomitantemente:

a) a rejeição da tecnologia-produto, um pouco à maneira do que passa na ordem fisiológica: produz-se uma resistência a um elemento que não calça, nem no conjunto de forças produtivas, nem na forma em que a produção está organizada.

b) quando há aceitação, pode dar-se simplesmente a destruição da forma de produção, pelo fato de que a tecnologia introduzida requer diferentes relações de produção ou podem persistir as formas destas relações, sendo redefinidas essencialmente.

Esta análise da tecnologia e das relações de produção só pode ser feita de modo perfeitamente inteligível, ao se analisar processos reais, isto é, formações econômico-sociais, sociedades concretas. Sua representação sob a forma teórica, entretanto, é útil para a análise que se segue.¹

A Pequena Produção

Aquilo que comumente se cognomina de pequena produção, e às vezes de economia de subsistência em economia camponesa, constitui uma força de produção¹ específica, que historicamente sempre se encontra subordinada a outro modo de produção. O re-

¹ Não utilizamos, por isso, a categoria de modo de produção, já que esta parece exigir como característica essencial a de ter sido historicamente dominante, o que nunca caracterizou a economia camponesa.

conhecimento de suas peculiaridades não pode ser isolado da subordinação a que sempre esteve submetida, já que esta constitui precisamente uma de suas peculiaridades.

Nos nossos países a compreensão da geração e da difusão da tecnologia no setor agrícola deve passar por uma compreensão teórica da economia camponesa, como forma particular subordinada ao modo de produção dominante, que é capitalista.

A tecnologia própria à economia camponesa, como todo processo tecnológico, guarda uma certa coerência com a orientação da produção (subsistência), com a produção de valores de uso, e com a forma própria em que é utilizada a força de trabalho. Isto equivale a dizer que a economia camponesa tem uma racionalidade própria (relação fins e meios) que difere da que caracteriza o modo de produção capitalista, ao qual se encontra subordinada². Conseqüentemente ela não é uma forma que está "atrasada" tecnologicamente, com referência ao modo de produção capitalista: ela é qualitativamente diferente: não-capitalista. O caráter peculiar da economia camponesa pode ser melhor compreendido ao estabelecer-se diferenças qualitativas entre as duas formas de produção:

a) quando à orientação da produção: a economia camponesa está orientada para a subsistência, isto é, para a reprodução da unidade familiar e não ao lucro capitalista. Ora, o lucro capitalista é perfeitamente determinável, calculável e sua extração é possível somente mediante a utilização de uma força de trabalho assalariada. A reprodução da unidade familiar, embora tenha mínimos absolutos, é muito mais qualitativa do que quantitativa; não depende portanto de um cálculo prévio e se produz como resultado do processo de trabalho.

b) sendo a produção camponesa orientada para a reprodução, ela visa diretamente a satisfação das necessidades mínimas básicas da família, entre as quais avulta a alimentação. A produção está assim voltada para valores de uso, diversamente da produção capitalista que só secundariamente produz valores de uso. Mesmo quando o produto é comercial na economia camponesa, sua produção é feita com o objetivo de conseguir no mercado os valores de uso para a reprodução da unidade familiar e não visando a troca em si.

c) outra característica essencial da economia camponesa jaz na utilização da força de trabalho familiar, ao passo que a produção capitalista não pode sequer ser pensada sem o trabalho assalariado. Mesmo quando na produção camponesa utiliza-se mão-de-obra assalariada, esta é sempre algo acidental, adicional à força de trabalho familiar. Dá-se em períodos de intensificação do trabalho e sobretudo quando o camponês não consegue mais trabalho adicional, mediante os meios tradicionais (ajuda mútua, mutirão, etc.). Tende a aumentar quando o camponês começa a ter acesso ao crédito institucional, que lhe outorga uma certa disponibilidade de moeda (liquidez).

d) na economia camponesa existe uma *unidade* entre trabalho-produção-consumo, a qual tende sempre a um equilíbrio entre produção e consumo, mediatizada pelo trabalho familiar. Quem trabalha como parte da unidade, come ou consome. Quem consome tem de trabalhar. Compare-se esta unidade entre família, produção e consumo, com a nítida separação que se dá entre a unidade produtiva (a empresa) e a família do empresário no modo de produção capitalista. O consumo do capitalista e de sua família é extraído da mais-valia oriunda do trabalho assalariado, mas a família não participa da produção. Na

² Cf. Chayanov, Alexander V., La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Ed. Nueva Vision, 1974; idem, On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems, em The Theory of Peasant Economy, D. Thorner (compilador), Homewood, Ill. 1966. Tepicht, J. Le Paysan Polonais, em Marxisme et Agriculture, Paris, Armand Colin, 1973.

economia camponesa a unidade familiar é quem produz para seu consumo e consome o que produz.

e) se na produção capitalista a racionalidade é determinada pela relação entre custo e benefício, medida em termos quantitativos (monetários), na economia camponesa a racionalidade da reprodução leva, não a um cálculo matemático, mas a uma avaliação qualitativa dessa reprodução, que se expressa em uma estratégia de sobrevivência: esta estratégia inclui atividades diretamente produtivas e outras que não o são; todas, porém, orientadas à reprodução, seja que geram produtos, ou uma reserva monetária, facilmente transformável em produtos. Enumeramos rapidamente alguns elementos desta estratégia:

1) Culturas consorciadas que em uma só unidade produzem maior quantidade de alimentos; observe-se como isto difere do conceito de produtividade, tão freqüente no discurso das instituições estatais;

2) Culturas comerciais, que têm como objetivo gerar uma quantidade de dinheiro, que permita adquirir no mercado aquilo que a economia camponesa não produz, e que é necessário para a reprodução;

3) A criação de pequenos animais (aves, porcos, cabritos e ovelhas), que funcionam como uma espécie de reserva ou poupança, facilmente transformável em moeda, para os casos de necessidade;

4) Os pequenos "negócios", transações comerciais também orientadas para a obtenção de dinheiro necessário para a reprodução ou para iniciar o ciclo de produção, sem necessidade de recorrer ao crédito, particular ou institucional;

5) A venda de força de trabalho excedente durante todo o ano, ou pelo menos nos períodos de entressafra;

6) O artesanato rural, atividade quase sempre levada a cabo pelas mulheres e jovens, com o mesmo propósito de assegurar uma reprodução "melhor".

7) A caça e a pesca, onde haja possibilidade, assegurando assim um complemento proteínico à dieta predominantemente de carboidratos.

Esta enumeração de elementos da estratégia é suficiente para evidenciar a profunda diferença entre as duas formas de produção, em quanto se refere à racionalidade (adequação de meios e fins), uma orientada ao lucro, mediante a apropriação da mais valia, a outra buscando a reprodução da unidade familiar.

f) outra diferença decorrente do anteriormente dito consiste na valorização cultural positiva do trabalho que se encontra na forma de produção camponesa. No modo de produção capitalista, o trabalho, sobretudo o manual, não é socialmente valorizado, precisamente por ter sido reduzido a uma mercadoria, que se compra e se vende, devido à separação real existente entre o trabalhador, seus meios de trabalho e o produto de sua atividade. Ora isto ainda não se deu na forma de produção camponesa: nesta o trabalhador ainda é proprietário (pelo menos formalmente) dos seus meios de trabalho, e do produto deste; ele ainda controla o processo de trabalho e só de forma acidental se assalaria. O trabalho ainda cria bens (produtos) diretamente para quem trabalha. Ele constitui além disso a forma principal de socialização³ na sociedade camponesa. Daí a valorização positiva do trabalho autônomo, independente, no que é seu e a resistência ao assalariamento.

g) o significado que a terra, trabalhada diretamente por seu proprietário, adquire na economia camponesa. Ela constitui a base da reprodução da família, fator de segurança

e estabilidade para o agricultor. Sem esta o camponês vê-se forçado a alugar-se, coisa que vai contra a valorização positiva do trabalho. Sem terra o camponês encontra-se literalmente à mercê dos outros, sem segurança, nem possibilidades de garantir com *seu* trabalho a reprodução de sua família. Ora, no sistema capitalista a terra é considerada apenas como fator de produção, objeto-mercadoria, cujo uso vai estar determinado pelo cálculo econômico do lucro (imediate, por seu uso na produção ou mediato pela sua valorização, como fonte de renda). Nos dois modos de produção a terra não é a mesma coisa, nem *significa* a mesma coisa.

É possível estender ainda mais esta lista de diferenças. Observe-se que elas constituem um conjunto articulado, cujo aspecto essencial encontra-se nas relações de produção, diferentes nos dois modos ou formas. Entretanto, enfatizar a especificidade da forma de produção camponesa não nos deve levar a ignorar a relação entre esta e o modo de produção dominante. Esta articulação tem um caráter de subordinação da forma camponesa à capitalista. Esta subordinação também não pode ser entendida simplesmente, como uma relação causal unidirecional e sim como uma dialética, isto é, uma luta, uma tensão bem verificável, até empiricamente: por um lado o sistema dominante busca transformar o sistema dominado, para apropriar-se do excedente por ele gerado; a economia camponesa resiste à dominação, negando-se à transformação pretendida. Esta luta leva a modificar os dois modos de produção, embora a tendência seja à modificação do sistema dominado, progressivamente submetido ao avanço das forças de produção capitalistas, determinadas pelas relações de produção que as caracterizam. Em toda formação econômico-social é importante compreender esta dialética, para entender também a dinâmica social por ela gerada e o sentido do desenvolvimento real.

A Tecnologia da Pequena Produção

Se retomamos agora o que foi dito ao início sobre tecnologia em geral, enquanto conjunto de relações, ou processo social, cuja compreensão passa pela análise das relações essenciais de uma estrutura determinada, ser-nos-á talvez mais fácil entender a tecnologia da pequena produção, não como formas atrasadas apenas de relação entre o homem e a natureza, mas como formas próprias de um modo particular de organização social. A resposta técnica, portanto, não será abstraída de seu contexto global, para ser comprovada valorativamente com outra resposta, para ser condenada como atraso e sim como conjunto que guarda certa coerência com o processo global de produção. Creio ser pertinente introduzir a noção de *saber*, entendido como conjunto complexo, no interior de uma determinada formação social, constituído pela articulação de práticas sociais com um meio ideológico, no interior do qual os conhecimentos são produzidos, transmitidos, apropriados, sancionados e aplicados⁴. À forma de produção camponesa corresponderia, assim, um "saber" que se constitui historicamente a partir de sua prática produtiva peculiar, articulada, porém, à ideologia do modo de produção dominante, subordinada a este, mas também dialeticamente em conflito com ele.

Dentro deste saber particular, os conhecimentos relativos ao conjunto tecnológico, produzidos socialmente pela prática produtiva, têm um caráter pragmático, ainda que não sistemático. A sanção social lhes vem do seu caráter operacional e prático, não do seu

³ Cf. Pinto, J.B., *Percepções da População Rural sobre a Escola (mimeo)* e Martins, J. de Souza, *A valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural*, Rev. Debate e Crítica, nº 2, Jan-Jun., 1974.

⁴ cf. Castells M., e Ipola, E. *Prática Epistemológica e Ciências Sociais*, Ed. Afrontamento, Porto, 1973, p.10.

rigor lógico. Sua transmissão é também feita praticamente no próprio processo de trabalho (socialização pelo trabalho) e numa cultura não-letrada, predominando a transmissão oral. A preservação da resposta técnica (conhecimentos práticos, provados e sancionados) faz-se quase sempre mediante rituais, ocorrendo freqüentemente sua transfiguração mítica. Esta transfiguração mítica tem como finalidade preservar os conhecimentos provados e sancionados socialmente; é uma forma de proteção cultural à resposta técnica. No entanto, tudo isto é freqüentemente interpretado como superstição ou como ignorância, sobretudo por aqueles que desde a ótica do modo de produção dominante acreditam piamente que só existe um tipo de saber, o seu próprio, o qual identificam com a ciência. O atraso tecnológico da pequena produção é admitido como um axioma, precisamente por não se compreender que o conjunto tecnológico, como parte de um saber mais amplo, guarda coerência com todo o resto da forma de produção.

A modificação das relações técnicas, ou da resposta técnica, não se faz, conseqüentemente, por uma mera difusão de inovações tecnológicas, adotadas progressivamente por um número cada vez maior de adotantes, como mostra um grande número de pesquisas empíricistas, muito encontradiças na literatura sociológica referente ao setor rural, nas décadas passadas. Afirma-se, com dados quantitativos, que a adoção de tecnologia faz-se a partir de mudanças nas atitudes ou nas aspirações dos pequenos produtores individualmente considerados, que os levam a procurar novos conhecimentos, adquirir novos insumos, no intuito de aumentar a produção e a produtividade. O processo tecnológico e a resposta técnica que são sociais, passa a ser vista como resultado de mudanças de conduta individual. É indisfarçável o psicologismo desta posição tão a gosto do empiricismo que caracteriza, por exemplo, a escola difusionista de E. Rogers.

Ao não perceber as diferenças qualitativas existentes entre a forma de produção camponesa e o modo capitalista dominante, os difusionistas colocam os dois num contínuo fictício que vai do atraso ao moderno e distribuem a população rural numa curva normal de distribuição da adoção. Entre as duas formas só há diferenças quantitativas, que os serviços de extensão buscam diminuir, transformando as unidades de produção dos pequenos (atrasados tecnologicamente) em unidades capitalistas, dotadas de eficiência e eficácia. E o remédio que vai sanar esta enfermidade do atraso é a tecnologia "moderna", é sua adoção por parte dos pequenos produtores.

Destarte não se percebe que o atraso não é tal coisa senão na ótica do modo dominante e que a difusão de tecnologia capitalista para o pequeno produtor pode significar, não a sua "modernização", mas a sua destruição; a destruição de sua forma peculiar de produzir, a sua expropriação e a sua transformação em um assalariado, coisa que de toda evidência não desagrade ao modo de produção dominante. Na realidade trata-se não somente de fazer aumentar a produção e a produtividade (objetivos explícitos) do pequeno produtor, mas de submetê-lo progressivamente ao capital: como alguns afirmam explicitamente, trata-se de transformar o pequeno produtor em um pequeno empresário capitalista. O que se acaba de dizer é que se pretende que o camponês (classe subordinada ao capital), mediante o milagre tecnológico, passe a ser parte integrante da classe empresarial capitalista, embora em pequena escala!

Parece-nos que se for esta a intenção, ela exigiria, para ser realizada, outras condições e transformações de caráter social, que vão muito mais além da mera transformação de atitudes e aspirações, que levem à adoção de tecnologia moderna. A transformação do camponês em empresário capitalista requer mudanças nas relações de produção, sobretudo no que tange às condições de propriedade e uso da terra e de controle do mercado de sua produção excedente. Não se trata de modificar tão só as relações técnicas que se

dão no seu processo de trabalho, mas as relações de produção que coarctam o seu acesso à propriedade da terra e às relações de distribuição, socialmente determinadas que lhe impedem controlar o produto do seu processo de trabalho. Em outras palavras, o objetivo explícito da assistência técnica de modernizar o pequeno produtor e transformá-lo em pequeno empresário capitalista requer um profundo processo de mudanças na estrutura agrária. No dizer de um camponês dominicano: "Os técnicos sempre nos falam do que fazer durante a produção; mas nunca nos dizem nada do que se passa antes e depois desta!"

Atualmente o que se verifica é uma articulação cada vez maior entre a economia camponesa e o capital. Tal articulação não vai sem problemas para a economia camponesa. Talvez nos seja possível analisar os diferentes componentes deste ciclo de articulação-subordinação e assim poder melhor compreender as formas de resistência que se geram no seio do campesinato, para a sua própria destruição. Estas formas de resistência são interpretadas como atitudes tradicionais e reacionárias, sendo assim reduzidas ao nível da psicologia individual, ignorando-se assim seu caráter social.

Ciclo na Subordinação ao Capital

O primeiro estágio do ciclo poderia ser classificado como o da *monetização* da economia camponesa. Há algumas décadas o uso da moeda-dinheiro visava para o camponês facilitar a troca de seus produtos, por outros bens por ela não produzidos e indispensáveis à sua reprodução (principalmente sal, açúcar, querosene, pano para confecção das roupas e alguns instrumentos de trabalho). À medida que o progresso industrial leva ao campo seus produtos e que o capital penetra na grande agricultura, diminui a possibilidade da família camponesa de produzir diretamente sua subsistência; com efeito, a expansão da propriedade fundiária, controlada pelo capital, diminui a quantidade de terras disponíveis para a pequena produção o que gera a fragmentação da pequena propriedade, o uso demasiado intensivo dos solos com seu empobrecimento e uma crescente dependência da economia camponesa com respeito à economia de mercado. Na realidade a monetização da economia camponesa é determinada pela expansão do capital na indústria e sua extensão à agricultura, e pelos efeitos desta na estrutura fundiária (concentração da terra, acompanhada de minifundização).

A monetização da economia camponesa força o campesinato à *mercantilização* do seu excedente, isto é, a produzir para o mercado; pelo menos uma parte de seus produtos têm que ser mercadorias, valores de troca. E esta parte tem que aumentar proporcionalmente na medida em que ele necessita assegurar sua reprodução, recorrendo ao mercado. O ciclo é de certa forma irreversível, pois, aumentando seus cultivos comerciais, ou seja a área dedicada a eles, diminui sua produção de valores de uso, o que o faz necessitar ainda mais de valores para o mercado. Cada vez mais sua reprodução depende do mercado, o que o impede de assegurar sua autonomia.

É nesta etapa do ciclo que intervém a chamada assistência técnica ou extensão rural. Já que o camponês tem que vincular-se ao mercado (não é assim que se denomina a economia capitalista: economia de mercado?); já que o camponês tem de assegurar uma maior quantidade de excedente sob a forma monetária para poder reproduzir-se e à sua família e tomando em conta o fato de que seu acesso à terra é limitado (quantitativa e qualitativamente) só resta uma solução "lógica": melhorar sua produção e sobretudo sua produtividade mediante a incorporação de tecnologia moderna. A terceira etapa do ciclo é, pois, a *adoção da tecnologia*, única alternativa dentro da lógica do sistema.

Cabe aqui simplesmente lembrar tudo o que foi dito acima sobre a tecnologia, não mais entendida como coisa, mas como conjunto de relações, portadora ela mesma das relações de produção dominantes.

A adoção de tecnologia traz como exigência, devido ao seu maior custo monetário, e também ao fato de que ela é mercadoria, o recurso ao *crédito agrícola*, quarta etapa do ciclo, que leva o capital diretamente à produção camponesa. É sintomático ou não que a assistência técnica esteja *sempre* vinculada ao crédito. Basta lembrar, por exemplo o nome do organismo nacional de extensão rural, que vigorou até a década de 70 (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR) ou melhor, basta ver o que fazem hoje as afiliadas ao Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, para compreender que a introdução da tecnologia não é senão uma forma de penetração do capital na pequena produção.

O que se passa *depois* desta etapa é precisamente aquilo que os técnicos nunca revelam, ou porque o ignoram, ou porque fingem ignorar. A quarta etapa do ciclo é o *endividamento*. Devido às características da produção camponesa e sobretudo às condições de produção e circulação do produto camponês, no mercado capitalista, a elevação dos custos de produção (monetários) não é correspondida com um aumento dos preços dos produtos. Muito pelo contrário, freqüentemente com o aumento da quantidade de produto sobrevém a baixa, às vezes catastrófica, dos preços dos produtos, resultando no endividamento progressivo dos camponeses. Não creio ser necessário demonstrar isto, pois quase diariamente os jornais testemunham este processo; em nossa experiência latino-americana este endividamento não constitui privilégios dos camponeses brasileiros, e sim a norma geral em todo o continente.

A quinta etapa é a perda da terra, a *expropriação*, a *perda da condição camponesa*, com a conseqüente transformação do camponês em um assalariado rural (bóia fria), em um proletário urbano, ou em um migrante rural, em busca de fronteira agrícola para continuar a se reproduzir como camponês. Disto também não é necessário falar aqui pois os estudos e relatórios sobre esta temática abundam no Brasil. O que é necessário mostrar é o fim da utopia tecnológica, o necessário encadeamento entre tecnologia — capital — endividamento e expropriação, capítulos sombrios da novela que culmina com a proletarianização do camponês, com a perda de sua condição camponesa e com a migração que o leva quase à condição sub-humana dominante nas periferias urbanas.

Por outro lado faz-se necessário ressaltar também que a introdução da tecnologia no setor camponês traz benefícios para o capital:

a) a ampliação do mercado para os produtos industriais, mediante a intermediação do capital comercial e financeiro;

b) aumento do produto agrícola (oferta), sob a forma de alimentos que barateiam o custo da reprodução da força de trabalho industrial, contribuindo assim para manter baixos os salários pagos pela indústria; ou sob a forma de matérias-primas para a indústria;

c) a liberação de mão-de-obra, freqüentemente provocada pela incorporação de tecnologia que altera a composição orgânica do capital⁵.

⁵ Não somente maquinaria moderna produz este efeito (vg., tratores, colhedoras ou semeadoras), mas também maquinaria por tração animal pode fazê-lo. Também, outro tipo de tecnologia, tais como tipos de variedades próprias pra colheita mecânica, indiretamente podem produzir o mesmo efeito. No caso do Nordeste a expansão pecuária em detrimento da produção agrícola está produzindo o mesmo efeito, sem alterar a composição orgânica do capital.

Neste jogo entre pequena produção e capital, a tecnologia intermedia e facilita as coisas para o capital, que é o modo dominante; ela é uma carta marcada para e pelo capital, tocando sempre ao pequeno produtor, individualizado e fragmentado, a pior parte. Não é de se surpreender que o camponês manifeste resistência, tanto à tecnologia como ao próprio crédito. Esta resistência não pode ser interpretada como ignorância ou como atraso. Ela é uma forma de resistência social à sua própria destruição, a uma espécie de

instinto de preservação, que bem se pode pressentir na frase de um camponês, o qual, ao se lhe perguntar por que não procurava o crédito bancário, respondeu: "Não busco crédito porque não quero fazer cativo o meu chão". Na tecnologia, e em seu parceiro o crédito, ele já pressentia as etapas subseqüentes que iriam transformá-lo em outra coisa que não um camponês. Freqüentemente, ao conversar com os pequenos produtores, eles dizem que preferem plantar e colher "com sua própria força e com a fé em Deus". Esta instintiva resistência não será parte daquele saber campesino, de que falamos acima, muito mais do que resultado da suposta ignorância que lhe atribuem os doutos técnicos, defensores da modernidade capitalista. Como o profeta troiano ao referir-se aos gregos, mais ainda podem dizer os camponeses: "*Timeo Danaos et dona ferentes*", ("temo os gregos até mesmo quando dão presentes!").

Não convém esquecer que no modo de produção capitalista, que tem como relação essencial a separação necessária (isto é, não livre) entre o trabalhador e seus meios de produção, a relação técnica (isto é, a relação entre homem e natureza através de instrumentos) passa a ser determinada pela classe que controla (através do estatuto da propriedade privada) os meios de trabalho e não pela classe que produz. Sua geração, por conseguinte, assim como sua difusão, transmissão ou adoção vai responder aos interesses daquela classe. O avanço tecnológico faz-se em consonância com a apropriação de mais-valia relativa e tende sempre a substituir trabalho vivo por trabalho morto. Ela guarda assim o selo de fábrica, por assim dizer. E esta marca de nascimento não será mudada pelas boas intenções e propósitos dos agentes de extensão rural, nem pelo discurso ideológico das instituições.

Por outro lado, na forma de produção camponesa, onde o trabalhador ainda é proprietário dos seus meios de trabalho (pelo menos formalmente), a relação técnica continua a ser um componente das forças produtivas, sob controle do trabalhador. Por conseguinte, a introdução da tecnologia agrícola capitalista, estreitamente dependente do capital/crédito, na forma de produção camponesa, constitui uma ponta de lança que inicia o processo de ruptura da forma camponesa, que só culminará com a definitiva e irreversível separação do trabalhador dos seus meios de trabalho, com sua proletarianização. É o cavalo de Tróia, que finalmente conclui o processo de expropriação camponesa, iniciado com a monetarização da economia e com a mercantilização do excedente camponês.

As considerações expostas acima podem dar a impressão de que se propõe excluir o campesinato de qualquer adoção tecnológica, para protegê-lo contra o capitalismo que busca de todos os modos transformá-lo em proletário. Embora esta afirmação, despojada de conotações valorativas, reproduza com bastante fidelidade o processo real ao qual está submetida a classe camponesa, pretender excluir o campesinato do processo de difusão tecnológica é utópico, pois seria ignorar precisamente a relação de dominação que o modo capitalista exerce sobre todos os modos com os quais se articula. A expropriação do campesinato é um processo que está se dando atualmente no Brasil em grande escala, embora esteja acompanhado também de outros processos em que o campesinato continua a se reproduzir como tal, em outras regiões. Neste processo, a difusão da tecnologia, acompanhada pelo crédito tem cumprido e continuará a cumprir seu papel, acobertada sempre

pelo discurso que a justifica ideologicamente como a tábua de salvação do pequeno produtor. Isto não obstante, acreditamos ser necessário mostrar com crueza o que está acontecendo, assim como revelar também as formas de resistência do campesinato à expropriação do capital, com o fito de contribuir a uma maior lucidez daqueles que, trabalhando junto à população rural, não querem ser parte do engano ideológico a que se pretende submetê-la. Vejamos, então, de que maneira poder-se-ia contribuir ao avanço das forças produtivas da economia camponesa, sem que este acelere o processo de expulsão do camponês da terra.

Tecnologia para o Desenvolvimento da Pequena Produção

No restante deste trabalho, tentaremos formular um conjunto de propostas, que poderiam até ser consideradas como condições necessárias para que se dê um desenvolvimento das forças produtivas da economia camponesa, sem que se produza em conseqüência sua destruição. A maioria destas condições refere-se a fatores estruturais que, aliados à penetração do capital, via tecnologia, são os maiores responsáveis pelo chamado êxodo rural. Embora qualquer destas propostas, tomadas em separado, seja aceitável para o sistema capitalista e até mesmo tenham sido adotadas em algum lugar do Terceiro Mundo, o conjunto delas certamente tem ressaibos utópicos, numa economia dominada pelos interesses do capital e na qual o próprio Estado prioriza a penetração e a acumulação capitalista na agricultura. Não porque teoricamente o conjunto de propostas seja anticapitalista ou não capitalista. Mas pela aliança objetiva existente entre os interesses da burguesia industrial, comercial e financeira e as classes latifundiárias, parasitárias ou empresariais, no contexto brasileiro e latino-americano⁶.

O Estado, como instância de poder destas classes e de suas alianças, tende a identificar tais interesses com os da nação. Isto tem contribuído para que no país a política fundiária não tenha de fato sido minimamente coerente com os interesses da maioria da população rural. Esta discussão, porém, não será feita aqui, embora ela seja muito relevante para o problema tecnológico. As propostas serão feitas sob a forma proposicional e discutidas em seguida.

Primeira proposição:

O Desenvolvimento das forças produtivas na economia camponesa, ou seja o desenvolvimento tecnológico, deverá fazer-se em consonância com a racionalidade própria da economia camponesa e não com a racionalidade requerida pelo capital.

Não vamos insistir mais sobre a racionalidade camponesa, já que na seção correspondente à pequena produção o assunto foi discutido suficientemente, para fins deste trabalho. Cabe lembrar, no entanto, que esta racionalidade tem que ver com reprodução da família camponesa e não com lucro capitalista, com trabalho familiar e não com trabalho assalariado, com produção de valores de uso e não de valores de troca, com alta utilização de trabalho material e não com altos custos monetários. Em conseqüência há-de preferen-

ciar-se a tecnologia de processos e não de produtos; a tecnologia que se preocupa mais com modificar a forma em que os recursos são combinados e não a que se preocupa com incorporação de novos insumos ou a substituição de insumos disponíveis, por outros mais modernos⁷. Trata-se, então, de tecnologias de manejo, mais do que tecnologia de insumos. Esta tecnologia costuma-se intitular de "alternativa". Entretanto existe um perigo. Frequentemente esta tecnologia foi produzida pelos próprios camponeses como resposta técnica adequada a suas condições de produção, com o mínimo custo possível. Ao ser apropriada pelas instituições de pesquisa, no entanto, ela é quase sempre repassada para as empresas geradoras de tecnologia agrícola, que a transformam em mercadorias industriais, logo em seguida vendidas a custos aumentados, aos próprios camponeses. Tal como o lendário Midas da antiguidade, tudo o que é tocado pelo sistema capitalista transforma-se em mercadoria e em lucro. Assim os produtos do saber camponês, de forma semelhante ao que acontece também com a cultura popular (música, dança, artesanato), são apropriados pelo modo dominante e passam a seguir sua lógica, transformando-se destarte em outros tantos elementos de subordinação do mundo camponês.

Segunda Proposição:

Não se trata somente de pesquisar as tecnologias camponesas em uso. Trata-se de *gerar tecnologia nova no interior da mesma produção camponesa; ou de aperfeiçoar a tecnologia em uso, no sentido da mesma forma camponesa*. Não fosse a insensibilidade social da maior parte dos pesquisadores agrícolas, seria dispensável insistir que esta produção de conhecimentos, este desenvolver tecnologias existentes ou gerar novas respostas técnicas, faz-se *com* os pequenos produtores e não nos claustros científicos. Esta exigência requer profundas modificações nas instituições de pesquisa, conforme já tivemos a oportunidade de mostrar em outro trabalho⁸. A participação dos camponeses na geração de tecnologia apropriada à sua forma de produção não é uma concessão dos técnicos: é uma condição necessária para que se dê um desenvolvimento das forças produtivas no bojo da pequena produção.

Terceira Proposição:

O desenvolvimento das forças produtivas da economia camponesa encontra como entrave principal o tamanho cada vez menor da parcela produtiva, isto é, a acentuação da fragmentação da terra em unidades cada vez menores, resultante das relações de produção dominantes no agro (monopólio da terra, processo de concentração). A superação do problema da fragmentação da terra impõe-se devido à determinação que este problema exerce sobre os custos de produção, sobretudo de caráter monetário, impostos à pequena produção, pela monetarização das relações de mercado.

⁷ cf. Fiorentino, Raul, Sugestões preliminares para a reformulação das ações na área de pesquisa e assistência técnica no PDRI do Sul do Gurgueia, Pi. DRIN/OEA, Doc. C-4, Recife, 1981. p.5 ss.

⁶ cf. Percepções da População Rural sobre a Escola, mimeo, FGV, Seminário sobre Educação Rural.

Quarta Proposição:

Esta proposição resulta da anterior: trata-se do estabelecimento de *processos rápidos, massivos e enérgicos de reestruturação fundiária*, ou, para utilizar o termo apropriado, de *reforma agrária*, apesar dos arrepios que possa suscitar em muitos. Se a questão da terra (estrutura e processo atual) é determinante na problemática camponesa, como será possível resolver o problema da geração e difusão tecnológica a partir da própria economia camponesa, se este problema continua a ser colocado entre parêntese, como se não existisse. A reestruturação fundiária consistirá no estabelecimento, não somente a nível jurídico, mas real e histórico, de mecanismos e instrumentos de *acesso preferencial à terra* para as distintas frações do campesinato, de acordo com suas características próprias.

Quinta Proposição:

O processo anterior deverá dar prioridade à revalorização das formas próprias de cooperação existentes no campesinato, mediante a *restauração de formas associativas de produção* que criem condições objetivas, através de economias de escala, para diminuir os custos da produção camponesa, assegurando-lhe outrossim um maior controle de sua própria produção. Este controle não pode ser limitado tão-somente ao processo de trabalho (durante a produção); ele deve estender-se precisamente ao que o precede, isto é, aos insumos e ao crédito, sob pena de vê-lo novamente subordinado, mediante uma maior dependência à medida que nova tecnologia se incorpora, necessitada pela maior escala de produção.

Sexta Proposição:

Já que é principalmente ao nível da circulação que a economia camponesa transfere excedente para o modo dominante, é imprescindível o fortalecimento da organização camponesa no âmbito da comercialização dos produtos. Este maior controle sobre seus produtos fecha o ciclo da produção e circulação (antes, durante e depois) e deveria assegurar aos camponeses uma apropriação maior do seu próprio trabalho.

Estas proposições tomadas isoladamente não significam grande coisa. E tomadas em conjunto, dentro do sistema econômico-político vigente, podem parecer utópicas. Sê-lo-iam sem dúvida se pensamos que elas poderiam ser outorgadas pelo poder dos que hoje dominam. Não são, porém, se as pensamos como modelos de ação e de luta para o campesinato. Neste sentido, as propostas acima descritas, sem desmerecer seu caráter concreto, são principalmente políticas. Trata-se, na verdade, de estabelecer, no seio do campesinato e com ele, processos educativos que o leve a um nível maior de consciência da classe. Este processo educativo tem que tomar em conta as características próprias da economia camponesa e as frações do campesinato, assim como com ele descobrir as relações de subordinação e exploração ao qual é submetido pelo modo dominante. É isto que a meu ver significa identificar os interesses comuns do campesinato: na diversidade das relações que constituem suas diferentes frações descobrir a unidade da exploração e subordinação. Se este processo educativo faz-se com o campesinato, enquanto processo político, deve levar a uma organização também política do campesinato, unificado na luta à classe trabalhadora da cidade.

A tecnologia agrícola não pode escapar deste conjunto. O trabalho educativo consistirá precisamente em ver o caráter explorador da tecnologia capitalista, portadora das relações do sistema dominante. A descoberta, a utilização e a valorização social da tecnologia camponesa, seu desenvolvimento e sua difusão no seio da pequena produção, não é, nem pode ser, senão um dos aspectos da resistência camponesa ao modo que a subordina ou para apropriar-se do seu trabalho, ou simplesmente para eliminá-la, quando já não lhe produz mais lucros, ou quando as escassas terras que o campesinato utiliza tornam-se viáveis à penetração e à acumulação do capital. Ela nunca poderá ser um fim em si mesma, sob pena de transformar-se em outro engano, cujo caráter ideológico cumpre-nos denunciar.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL NO BRASIL*

José Orlando de Souza**

Um dos segmentos institucionalizados da área educacional é o que responde pela formação profissional ou, em outros termos, pela preparação de mão-de-obra. As ações desenvolvidas pelos organismos integrantes desse segmento visam ao atendimento das exigências de qualificação profissional requeridas pelo mercado de trabalho e pelo sistema de produção, ou seja, preparar o indivíduo para o emprego, para o exercício de uma ocupação ou de um posto de trabalho, para a realização de uma atividade produtiva.

Em termos de classificação, enquadra-se a formação profissional como educação "informal" ou "não formal", em contraposição à educação formal — escolarizada, curricular e seriada. Se bem referida classificação seja geralmente aceita; na prática ela revela que o sistema formal de educação não foi capaz, ou para isso encontrou resistências, de assumir as tarefas de preparação dos indivíduos para o mundo do trabalho, nas faixas próprias de idade e de forma integrada às atividades de educação geral e específica. Por outro lado, essa mesma classificação traduz, de forma explícita, a dicotomia existente entre trabalho intelectual e trabalho manual, refletindo a carga de valorização social em torno da questão.

Os organismos nacionais de formação profissional voltados para os setores secundário (SENAI) e terciário (SENAC) surgem no Brasil, na década de 40, por combinação de iniciativas do governo e do empresariado, em resposta às demandas de qualificação provocadas pelo processo de desenvolvimento das atividades industriais e comerciais verificado durante e após a segunda guerra mundial.

No setor primário ou na área rural só bem posteriormente as necessidades de formação profissional foram determinadas a nível institucional, precisamente quando foi feita a opção de reestruturação das formas de organização da produção por via da modernização tecnológica e pela penetração acelerada do capitalismo no campo.

As primeiras ações de formação profissional rural institucionalizadas foram desenvolvidas pelo PIPMO, a partir de 1970/71, na época vinculado ao MEC, utilizando-se de uma forma indireta de atuação, ou seja, através de convênios com entidades diretamente envolvidas na assistência ao setor rural, principalmente com órgãos de extensão rural, então coordenados pela ABCAR.

Em 1976, o governo federal decide criar uma estrutura própria e específica para a formação profissional rural e surge, então, o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR, órgão autônomo da administração direta, subordinado ao Ministério do

⁸ Cf. Pinto, J. Bosco, *Investigación Agrícola y Desarrollo*, Rev. *Desarrollo Rural en las Américas*, VIII: 1 — p. , 1976, Costa Rica.

* As opiniões emitidas são de responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, pontos de vista da Instituição SENAR sobre os temas abordados.

** SENAR

Trabalho. O SENAR assume as atividades até então desenvolvidas pelo PIPMO e lhe são atribuídos os seguintes objetivos: organizar e administrar, em todo o território nacional, diretamente ou em colaboração com órgãos e entidades públicas ou particulares, programas de formação profissional rural; estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional rural; elaborar e difundir recursos para instrução, adequados à preparação de mão-de-obra rural; organizar e divulgar documentação relativa à formação profissional rural; assistir às empresas agrícolas na elaboração e execução de programas de formação profissional para o seu pessoal, em todos os níveis; colaborar com organismos nacionais e internacionais em atividades pertinentes à formação profissional rural.

Iniciando suas atividades em 1977, no mesmo ano em que começou a ser implantado, o SENAR, por força das circunstâncias do início da sua fase de estruturação, decidiu realizar os programas de formação profissional rural dentro do esquema até então utilizado pelo PIPMO, ou seja, através de convênios de cooperação técnico-financeira com entidades públicas e privadas que se habilitassem e de acordo com os critérios estabelecidos. Ao lado das ações que respondiam ao primeiro objetivo, foram sendo desenvolvidos trabalhos que atendiam aos demais objetivos e davam suporte às ações propriamente ditas de formação profissional rural.

A partir de 1980, porém de forma limitada, o SENAR iniciou a execução de programas de treinamento de mão-de-obra rural, utilizando equipes próprias de instrutores, num trabalho articulado com prefeituras municipais, cooperativas e sindicatos rurais.

Desde 1977 até o momento, para efeito de planejamento e operacionalização das ações de formação profissional rural, algumas orientações básicas vêm sendo definidas, as quais são resumidas a seguir:

- a formação profissional rural deve ser parte integrante das políticas e programas nacionais de desenvolvimento;
- a mão-de-obra deve ser preparada para atender ao mercado de trabalho;
- os programas de formação profissional rural deverão estar orientados para as prioridades governamentais definidas para o setor agrícola;
- a formação profissional rural deverá estar orientada para áreas de concentração de produção e de força de trabalho rural;
- a clientela deve ser constituída por pequenos produtores e trabalhadores assalariados (permanentes e temporários), por representarem os segmentos mais diretamente envolvidos no processo produtivo;
- a execução dos programas de treinamento deve ser processada com a utilização de técnicas de preparação intensiva de mão-de-obra, preferencialmente, no próprio local de trabalho.

As quatro primeiras diretrizes listadas evidenciam a estreita vinculação da formação profissional rural institucionalizada com a política agrícola governamental e, por conseguinte, o enfoque econômico que informa a política de formação profissional rural. A quinta diretriz citada revela a tendência acentuada de atendimento, na quase totalidade das ações realizadas, a pessoas já envolvidas, de um ou de outro modo, na atividade produtiva. Para esse atendimento são programados treinamentos de "aperfeiçoamento", que são efetuados com base na diferença ou desnível entre o perfil existente e o desejável, em termos de desempenho operacional. A sexta diretriz traduz uma orientação de natureza metodológica, no sentido de formas de abordagem da clientela e de interiorização das ações.

A vinculação da formação profissional rural à política agrícola reside no reconhecimento institucional à importância atribuída ao setor agrícola como responsável pela produção de excedentes exportáveis destinados a favorecer o equilíbrio do balanço de pa-

gamentos, pela produção de alimentos e abastecimento interno, pela contribuição à redução de taxas inflacionárias, etc.

A equação delineada para traduzir, pelo menos ao nível teórico, essa vinculação, é representada do seguinte modo:

a) para responder à necessidade de maior quantidade de produto agrícola, é preciso produzir mais;

b) para produzir mais, além das possibilidades de expansão da fronteira agrícola, é preciso aumentar a produtividade;

c) para aumentar a produtividade há que se modernizar as estruturas produtivas ou tecnificar a atividade agropecuária;

d) para efetuar a modernização e a tecnificação, além de outros fatores (crédito, assistência técnica, pesquisa, insumos modernos, etc.), é necessário formar ou treinar mão-de-obra para adaptação aos níveis sucessivos de tecnologia.

Nesse ponto da equação e de modo a caracterizar a formação profissional rural como uma ação de cunho, também social, entram outros elementos:

e) a formação profissional rural contribui para o aumento da produtividade, através da melhoria do desempenho de produtores e trabalhadores rurais; portanto, a aquisição de conhecimentos técnicos e habilidades redundam em aumento da produtividade;

f) o aumento de produtividade provoca aumento de renda líquida para o produtor e de salários para o trabalhador;

g) o aumento de renda e de salários resulta na melhoria das condições ou da qualidade de vida de produtores e trabalhadores.

A prática tem revelado, no entanto, que as coisas não acontecem no esquema linear previsto e na relação de causa e efeito quase que mecânica em que são articuladas as conseqüências intermediária e final da sucessão em cadeia de fatores e produtos. Por conseguinte, o esquema torna-se, na prática, sem muita sustentação e sem o poder de explicação da importância que se atribui institucionalmente à formação profissional.

Além dos resultados, imediatos ou mediatos, que seriam correspondentes aos passos do esquema referido e que traduziriam os objetivos da formação profissional rural, chegou-se, até, em determinado momento, a alinhar um outro objetivo que seria, por assim dizer, o coroamento dos demais: a fixação do homem do campo. A formulação de tal intento ou desejo evidencia o desconhecimento de um processo histórico e irreversível que é a urbanização da sociedade, o esvaziamento progressivo e relativo do campo, em termos populacionais e da ação das variáveis, intra e extra setor rural, que têm atuado, justamente, no sentido de forçar e/ou provocar a migração e o êxodo campo-cidade. Denota, ainda, uma tendência a explicar a saída do homem do campo, como resultado da falta de conhecimento técnico e das habilidades para a realização do processo produtivo agrícola.

Quanto ao aspecto de emprego e salário nos parece que a formação profissional não gera empregos e não determina, por si só, a obtenção de maiores níveis salariais nem a mobilidade ascendente na escala ocupacional. A formação profissional pode atuar como um dos elementos de uma política de emprego no momento em que, existindo o emprego, prepara o indivíduo para o mesmo, de acordo com o perfil requerido. A geração do emprego fica por conta da atividade econômica; a obtenção de níveis salariais e posições ocupacionais ascendentes ficam na dependência do jogo das variáveis e da correlação de forças que regulam o mercado de trabalho e as relações de trabalho na sociedade capitalista.

Na busca da caracterização de uma identidade própria e da definição dos campos institucionais específicos, de modo a evitar superposição de ações e o conflito de atuação,

se tem procurado estabelecer a diferença ou o divisor de águas entre a formação profissional rural e a extensão rural. Esse divisor é configurado pela explicitação dos objetivos próprios de cada área. À extensão rural cabe fazer a difusão de tecnologia agropecuária e gerencial. À formação profissional rural cabe fazer a preparação de mão-de-obra para uma tecnologia já existente ou, no máximo, para a tecnologia recomendada para aquela situação concreta em que se encontram produtores e trabalhadores. Apesar da diferença que se intenta estabelecer, as interrelações permanecem, principalmente porque nas duas áreas de atuação é envolvido um mesmo tipo de clientela, mais precisamente o pequeno produtor rural. Além disso, o próprio treinamento, por mais restrito que seja a tecnologia já existente, envolve sempre aspectos de introdução de tecnologia. Nesse caso, não só máquinas, equipamentos e insumos modernos representariam tecnologia nova. O processo de "como fazer" é também um aspecto tecnológico.

As estreitas relações mantidas, historicamente, entre a formação profissional rural e a extensão rural no Brasil, principalmente pelo fato de o sistema de extensão rural ter atuado, até recentemente, como o principal executor de treinamentos de mão-de-obra rural, têm influenciado, inclusive, o próprio modo de ser e de acontecer, na prática, da formação profissional rural. O sistema de extensão rural tem utilizado as ações de treinamento de mão-de-obra rural como mecanismo de indução à introdução e adoção de tecnologia e como um meio e instrumento que se adequa perfeitamente às finalidades do sistema, ou seja, propiciar assistência técnica a nível grupal.

A formação profissional rural institucionalizada atende, anualmente, através de seus programas, só a uma mínima parcela da população economicamente ativa rural. Há de se admitir, portanto, que, para que aconteça a continuidade do processo produtivo agrícola, existem outros meios, não institucionalizados, de reprodução da força de trabalho ao nível do treinamento ou da capacitação para o trabalho. É o reconhecimento de que existem outros processos, eficientes e eficazes até, de transmissão de conhecimentos técnicos e de habilidades relativas às várias atividades produtivas exercidas no campo. Esses processos resultam num "saber fazer", através da experiência no trabalho e do engajamento precorre e forçado na atividade produtiva, quando se trata das faixas mais jovens. Esse reconhecimento leva à conclusão de que o princípio de "aprender a fazer, fazendo", adotado pela formação profissional institucionalizada, reflete que, em última instância, se aprende no trabalho e pelo trabalho.

Essa realidade vem a exigir um posicionamento dos organismos de formação profissional rural, no sentido de que as suas ações devem ser realizadas de modo a suprir lacunas de qualificação que não possam ter resposta imediata através dos meios que poderíamos chamar de tradicionais, em vista da celeridade de transformações tecnológicas que exigem novos comportamentos e atitudes da mão-de-obra. Nesse momento, torna-se claro o papel auxiliar da formação profissional institucionalizada e sua vinculação às exigências impostas pela nova tecnologia e pelo capital.

Um aspecto que deve ser discutido, também, é o que diz respeito à valorização e à importância conferidas à formação profissional rural. Por certo, devem existir diferenças na escala de valorização para as partes envolvidas: as instituições, patrões e trabalhadores. Para a instituição de formação profissional, a valorização é colocada num ponto bastante alto da escala, em virtude de que representa a sua própria razão de ser e pelo fato de que a "necessidade" de formação profissional é mais determinada do que sentida ou percebida. Para os patrões interessa a formação profissional, no momento em que contribui para reproduzir a força de trabalho utilizada na empresa, ao nível da capacidade do saber fazer, para o aumento da produtividade, para o aumento da vida útil de máquinas e equipamen-

tos, etc. Deixa de interessar, a partir do momento em que, por força da melhoria de sua qualificação, o empregado venha a exigir aumentos salariais, melhores condições de trabalho, etc. Para o trabalhador e, até mesmo, para o pequeno produtor rural, a formação profissional não se coloca, com certeza, entre as suas principais necessidades ou problemas a resolver, de imediato. É bem possível que, antes de chegar à "necessidade" da formação profissional, trabalhadores e pequenos produtores alinhem necessidades referentes ao problema da posse e do uso da terra, da legislação trabalhista, saúde, escola e outras necessidades relativas à própria sobrevivência.